

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – EDUCAÇÃO INCLUSIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE NACIONAL
(PROFEI)

ISMENIA LOPES OLIVEIRA

EPILEPSIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

PONTA GROSSA
2024

ISMENIA LOPES OLIVEIRA

EPILEPSIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional — PROFEI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito para obtenção de título de mestra em Educação Inclusiva na Linha de pesquisa Práticas e Processos Formativos de Professores para a Educação Inclusiva.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karen Ribeiro

PONTA GROSSA
2024

O48 Oliveira, Ismenia Lopes
Epilesia na Educação Infantil: desafios e possibilidades para a inclusão escolar / Ismenia Lopes Oliveira. Ponta Grossa, 2024.
100 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Karen Ribeiro.

1. Educação inclusiva. 2. Educação infantil. 3. Epilepsia. 4. Formação docente. I. Ribeiro, Karen. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

CDD: 371.12



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

TERMO

TERMO DE APROVAÇÃO

ISMENIA LOPES OLIVEIRA

"EPILEPSIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DA GRANDE SÃO PAULO"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós Graduação em Educação Inclusiva, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa 04 de outubro de 2024.

Membros da Banca:

Profa. Dra. Karen Ribeiro – UEPG
Presidente

Profa. Dra. Silvia Márcia Ferreira Meletti – UEL
Membro Externo

Documento assinado digitalmente
SILVIA MARCIA FERREIRA MELETTI
Data: 05/11/2024 10:03:19-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elenice Parise Foltran - UEPG
Membro Interno



Documento assinado eletronicamente por **Karen Ribeiro, Professor(a)**, em 30/10/2024, às 15:23, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elenice Parise Foltran, Coordenador(a) do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional**, em 30/10/2024, às 17:35, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que tornaram possível a realização desta dissertação. Em primeiro lugar, dedico um sincero agradecimento à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Karen Ribeiro, pela orientação calorosa e suporte incansável ao longo deste desafiador processo. Seu compromisso em me ajudar a crescer academicamente foi verdadeiramente inspirador e me impulsionou a alcançar novos patamares.

Às respeitosas membras da banca examinadora, Prof^a. Dr^a. Elenice Parise Foltran e Prof^a. Dr^a. Silvia Márcia Ferreira Meletti, estendo meu reconhecimento pela disposição em dedicar seu tempo e conhecimento para avaliar este trabalho. Suas contribuições e comprometimentos foram fundamentais para o aprimoramento desta dissertação. E as perspectivas enriqueceram o resultado, e sou imensamente grata pela atenção e cuidado dedicados à análise deste estudo.

À minha família e amigos, cujo apoio inabalável foi minha âncora nos momentos de incerteza e minha força nos momentos de desafio, expresso minha eterna gratidão. Suas palavras de incentivo e encorajamento foram como um bálsamo para minha alma, impulsionando-me adiante, mesmo quando o caminho parecia íngreme.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, expresso meu sincero agradecimento por fornecer os recursos e o ambiente propício para a realização deste estudo. A atmosfera de aprendizado e colaboração nesta instituição foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio da Bolsa de Pesquisa, bem como à revisora de Língua Portuguesa e normas da ABNT, Mariana de Bona Santos, e a Jéssica Carolina dos Santos Paiva, cuja contribuição foi imprescindível na validação dos recursos de acessibilidade enquanto pessoa com deficiência visual.

Por fim, às participantes da pesquisa, cujas contribuições foram a base deste estudo, expresso minha mais profunda gratidão. Sem o seu envolvimento e dedicação, este trabalho não teria alcançado sua plenitude e relevância.

A todos vocês que desempenharam um papel significativo nesta jornada acadêmica, meu mais sincero agradecimento. Que este trabalho não seja apenas o fim de uma jornada, mas o começo de muitas outras descobertas e realizações.

RESUMO

A epilepsia é uma condição neurológica complexa que se manifesta por meio de crises epiléticas, afetando a atividade elétrica do cérebro e impactando a qualidade de vida das pessoas que convivem com essa condição. Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa “Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva” e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem – GEP-ProA. Tem como objetivo investigar as percepções, atitudes e conhecimentos dos professores sobre a epilepsia, visando identificar os aspectos pertinentes a serem contemplados em recurso educacional sobre o tema. O estudo baseou-se na metodologia *Design-Based Research* (DBR) ou Pesquisa de Desenvolvimento. Participaram da pesquisa 14 professoras de uma escola municipal na Grande São Paulo, selecionadas com base no critério de serem docentes da Educação Infantil. Para a coleta de dados foram aplicados dois questionários em formato *Google Forms*, um para coleta de dados sobre o perfil das participantes e suas percepções das pessoas com epilepsia, e outro para validação do *ebook*. O primeiro questionário foi organizado em duas partes: a primeira abordou aspectos conceituais e atitudinais, buscando identificar mitos e crenças sobre a epilepsia, além de sentimentos e comportamentos das participantes. Já a segunda parte focou em questões relacionadas à aprendizagem e ao rendimento escolar de crianças com epilepsia. O segundo questionário abrangeu aspectos sobre conteúdo, organização, estrutura, design, formatação, satisfação geral e comentários adicionais sobre o recurso educacional. Os resultados apontaram que, embora a maioria das participantes possua um conhecimento básico sobre epilepsia, desconhecem os procedimentos adequados para lidar com crises epiléticas, e reconhecem que a participação ativa nas aulas é fundamental para o bom desempenho escolar das crianças com epilepsia. Com base nestes dados foi elaborado e disponibilizado um *ebook* informativo sobre epilepsia e o processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Epilepsia; Formação Docente.

ABSTRACT

Epilepsy is a complex neurological condition that manifests itself through epileptic seizures, affecting the electrical activity of the brain and impacting on the quality of life of people who live with this condition. This dissertation is linked to the research line “Practices and Formative Processes of Educators for Inclusive Education” and to the Study and Research Group on Learning Processes - GEP-ProA. Its aim is to investigate teachers' perceptions, attitudes and knowledge about epilepsy, to identify the relevant aspects to be included in an educational resource on the subject. The study was based on the Design-Based Research (DBR) methodology. Fourteen teachers from a municipal school in Greater São Paulo took part in the research, selected based on the criterion of being kindergarten teachers. For data collection, two questionnaires were applied in Google Forms format, one to collect data on the profile of the participants and their perceptions of people with epilepsy, and the other to validate the *ebook*. The first questionnaire was organized into two parts: the first addressed conceptual and attitudinal aspects, seeking to identify myths and beliefs about epilepsy, as well as the participants' feelings and behaviours. The second part is focused on issues related to the learning and school performance of children with epilepsy. The second questionnaire covered aspects of content, organization, structure, design, formatting, general satisfaction and additional comments about educational resources. The results showed that, although most of the participants have a basic knowledge of epilepsy, they are unaware of the appropriate procedures for dealing with epileptic seizures, and recognize that active participation in classes is fundamental for a good school performance of children with epilepsy. Based on this data, an informative *ebook* on epilepsy and on the teaching-learning process was produced and provided.

Keywords: Inclusive Education; Early Childhood Education; Epilepsy; Teacher Training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do <i>ebook</i>	69
---------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Resultados do questionário fechado de validação do recurso educacional	
aberto.....	49
QUADRO 2 – Resultados do questionário aberto de validação do recurso educacional	
aberto.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Trabalhos encontrados e recuperados na BDTD e no CAPES.....	26
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Catálogo de Teses e Dissertações
CBD	Cannabinoides
CEPRE	Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação
CFF	Conselho Federal de Farmácia
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DBR	Design-Based Research
EANS	Associação de Epilepsia da Nova Escócia
EMEB	Escola Municipal de Ensino Básico
EOCA	Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAPSI	Núcleo de Apoio Psicopedagógico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	Portable Document Format
PROFEI	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional
SCC	Cascade Style Sheet
SUS	Sistema Único de Saúde
TDE	Teste de Desempenho Escolar
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNIPETE	Unidade de Investigação e Tratamento das Epilepsias
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EPILEPSIA E EDUCAÇÃO	16
CAPÍTULO 2 – MAPEAMENTO DA LITERATURA: EPILEPSIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	25
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E CRIANÇAS COM EPILEPSIA	30
2.2 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓTICO-CULTURAL	36
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DE PESQUISA.....	41
3.1 DESENHO DA PESQUISA	41
3.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	42
3.3 SELEÇÃO DE PARTICIPANTES/AMOSTRA	42
3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA	43
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	44
3.6 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS	45
3.7 VALIDAÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO	46
CAPÍTULO 4 – DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
4.1 PERFIL DAS PARTICIPANTES	51
4.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E ATITUDINAIS	52
4.3 ASPECTOS ESCOLARES	55
CAPÍTULO 5 – RECURSO EDUCACIONAL ABERTO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS	86

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO	95
---	----

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	99
--	----

INTRODUÇÃO

A epilepsia, como uma das condições neurológicas mais prevalentes no mundo, impacta não apenas a saúde, mas também a qualidade de vida das pessoas, especialmente em contextos com acesso limitado ao tratamento adequado, conforme aponta a Organização Mundial da Saúde. A OMS (2019) define a epilepsia como uma das doenças neurológicas mais comuns, que afeta cerca de 50 milhões de pessoas globalmente. Ela é caracterizada por descargas elétricas anormais no cérebro, levando a convulsões ou comportamentos, sensações e, às vezes, perda de consciência incomuns. Ainda segundo a OMS, no Brasil a prevalência é de aproximadamente 2% da população.

A Organização Mundial da Saúde também destaca que a epilepsia pode ter consequências neurológicas, cognitivas, psicológicas e sociais, com crianças e idosos sendo os grupos mais afetados. Estima-se que até 70% das pessoas com epilepsia poderiam viver sem crises se tivessem acesso ao tratamento adequado, o que é uma preocupação significativa, especialmente em países de baixa e média renda, onde o tratamento é escasso.

Como estudante de pedagogia, desde o início da minha vida acadêmica, tenho sido entusiasta pela educação inclusiva. Durante minha graduação, contemplada com a bolsa-auxílio para permanência universitária através de bolsa trabalho concedida pelo Serviço de Apoio ao Estudante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tive o privilégio de trabalhar no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação – CEPRE, da Faculdade de Ciências Médicas. Portanto, pude vivenciar o impacto positivo que o acesso ao atendimento interdisciplinar, integrado dos processos de desenvolvimento humano, pode ter na vida das pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva.

Porém minha jornada foi marcada por desafios pessoais. Durante a graduação, fui diagnosticada com epilepsia, o que trouxe dificuldades adicionais, especialmente relacionadas à sonolência e à memória, devido ao tratamento. Embora meu projeto inicial fosse seguir a vida acadêmica, percebi que precisava adaptar meus planos devido aos desafios impostos pela minha condição de saúde. Assim, após a graduação, em 2010, fui trabalhar como professora de Educação Infantil, função que ainda exerço atualmente.

No entanto, em 2022, surgiu uma nova oportunidade quando fui aprovada no processo de seleção do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional – PROFEI – da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Inicialmente, minha intenção era pesquisar a dicotomia entre o trabalho realizado pelo professor da sala de aula comum e o professor especialista em Educação Especial. No entanto, uma experiência pessoal me fez repensar minha direção de pesquisa.

Ao ler uma reportagem sobre um caso em que o pai e a mãe de uma criança com epilepsia enfrentaram dificuldades para matricular seu filho numa escola particular, fui mobilizada a mudar o foco da minha pesquisa. Além disso, ao longo da minha experiência profissional, deparei-me com a falta de conhecimento e compreensão sobre a epilepsia em diversos contextos, destacando-se especialmente no ambiente escolar. Com o apoio da minha orientadora, decidi investigar a epilepsia e a educação, e explorar maneiras de tornar a escola inclusiva.

Essa trajetória pessoal e profissional levou a considerar a importância de discutir temas como a epilepsia no contexto escolar, uma condição que ainda é cercada por estigmas e desinformação. Essa pesquisa reflete o compromisso com a inclusão, o respeito à diversidade e a preparação da escola para atender às diversas realidades no ambiente.

A escolarização de crianças com epilepsia em sala de aula comum requer que os professores tenham formação sobre a doença e possuam as condições necessárias para lidar com suas necessidades específicas do processo ensino-aprendizagem.

As crises epilépticas ocorrem por meio de uma atividade elétrica cerebral atípica chamada hiper sincronia cerebral. Dreifuss (1996, p. 22) define epilepsia e sua ocorrência:

A epilepsia é uma condição em que as recorrentes descargas elétricas no cérebro provocam distúrbios no funcionamento normal do sistema nervoso. Tais episódios de distúrbios são denominados convulsões. As convulsões podem ocasionar uma perda temporária de consciência ou mudanças temporárias de comportamento. As mudanças exatas dependem da área do cérebro que está sendo estimulada pela descarga elétrica. [...] Um impulso elétrico libera um neurotransmissor que então ativa a próxima célula nervosa. Esses impulsos elétricos disparam em padrões regulares denominados de ondas cerebrais. Quando um número excessivo de células nervosas dispara de forma anormal ao mesmo tempo, uma convulsão epiléptica pode ser ocasionada.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2023) define a epilepsia como um distúrbio caracterizado por crises epiléticas repetidas, que são episódios de atividade cerebral anormal resultando em convulsões, comportamentos estranhos, sensações incomuns ou perda de consciência. Segundo Dreifuss (1996), a epilepsia é uma condição em que descargas elétricas repetitivas no cérebro perturbam o funcionamento normal do sistema nervoso, levando a convulsões.

Nesta pesquisa, a epilepsia é tratada como uma condição neurológica crônica caracterizada por atividade elétrica atípica e excessiva no cérebro, o que resulta em crises recorrentes, conhecidas como convulsões ou ataques epiléticos. Essas crises podem variar em intensidade e duração e podem se manifestar de diferentes formas, desde movimentos involuntários e perda de consciência, até sensações estranhas ou emoções intensas.

A experiência da pesquisadora e constatação de lacunas nas produções científicas sobre divulgação de informações e suporte aos indivíduos com epilepsia no ambiente educacional, destaca a relevância de uma pesquisa.

Os educadores precisam ter consciência dos potenciais desafios que as crianças com epilepsia podem enfrentar durante o processo de aprendizagem, assim como oferecer o suporte adequado. Neste sentido, o tema desta pesquisa é a epilepsia e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. O problema da pesquisa consiste em saber qual a percepção das professoras da Educação Infantil sobre crianças com epilepsia em contexto escolar.

Para assegurar a disseminação de informações ao público e promover os direitos das pessoas com epilepsia, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as percepções, atitudes e conhecimentos dos professores sobre a epilepsia, visando identificar os aspectos pertinentes a serem contemplados em recurso educacional sobre o tema. Os objetivos específicos são:

- Identificar as percepções dos professores sobre o desempenho acadêmico dos estudantes com epilepsia, bem como suas necessidades específicas de apoio;
- Elaborar um *ebook* como recurso educacional aberto para informar os professores sobre a epilepsia e o processo ensino-aprendizagem.

Para responder as indagações dessa pesquisa, esta dissertação está organizada em quatro capítulos, cada um abordando aspectos distintos e complementares sobre a adaptação escolar para crianças com epilepsia.

O primeiro capítulo, "Perspectivas teóricas sobre epilepsia e educação infantil: fundamentos e contextualização", fornece uma base sólida para o entendimento do tema, a partir de uma análise crítica e abrangente da literatura existente. O segundo capítulo, "Metodologia da pesquisa", apresenta de forma detalhada o percurso metodológico adotado na investigação, abordando os principais aspectos relacionados ao desenho da pesquisa, aos procedimentos de coleta e análise de dados, bem como às considerações éticas que nortearam o estudo. No terceiro capítulo, "Resultados e discussões", são apresentados e analisados os dados coletados, explorando as percepções, atitudes e conhecimentos dos professores sobre a epilepsia. O quarto capítulo, "Recurso educacional", propõe a criação de um *ebook* como ferramenta para ampliar o conhecimento dos professores sobre epilepsia e promover a inclusão escolar.

Nesta dissertação, optou-se por adotar a descrição de imagens no parágrafo que a antecede, como proposta por Lamas (2021), com o objetivo de proporcionar leitura acessível para pessoas com deficiência visual, considerando que os *softwares* leitores de tela não reconhecem imagens. Tal escolha também tem por finalidade disseminar este recurso para a ampliação de seu uso. O resultado foi validado por uma pedagoga com deficiência visual, usuária de tecnologias assistiva.

CAPÍTULO 1

EPILEPSIA E EDUCAÇÃO

O estigma, conforme Goffman (2004), refere-se a atributos que tornam um indivíduo diferente e desvalorizado aos olhos da sociedade, implicando em processos de rotulagem, segregação e discriminação. O autor destaca que o estigma não está relacionado ao atributo em si, mas sim a uma construção social que reflete percepções culturais. O ensinamento do autor auxilia na compreensão da epilepsia como uma condição associada a estereótipos negativos que podem levar à exclusão social e à discriminação, seja no contexto educacional, profissional ou nas interações cotidianas. Em síntese, o autor escreve:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (Goffman, 2004, p. 6).

O estigma, definido por Goffman (2004), desencadeia processos de rotulação, segregação e discriminação, que podem restringir as oportunidades e o acesso aos recursos para as pessoas estigmatizadas. Ainda segundo o autor, o estigma não reside apenas nas características individuais, mas é um produto das percepções sociais e das normas culturais que pode influenciar profundamente a identidade das pessoas, levando-as a internalizar as percepções negativas da sociedade.

No contexto da epilepsia, o estigma pode se manifestar de várias maneiras. Por exemplo, as pessoas com epilepsia podem enfrentar o medo e a ignorância por parte da sociedade, o que pode levar à discriminação no emprego, à exclusão social e à marginalização. Além disso, a doença pode ser percebida como uma condição imprevisível e assustadora, o que pode levar o grupo de pessoas com epilepsia a ser associado a estereótipos negativos.

Para Fernandes e Li (2006), a estigmatização pode ter impactos significativos na qualidade de vida das pessoas com epilepsia, afetando sua autoestima, bem-estar emocional e oportunidades de educação e emprego. Portanto, é imprescindível promover a conscientização e a compreensão sobre a epilepsia na sociedade, combatendo o estigma e criando possibilidades para as pessoas que vivem com essa condição. Isso pode ser feito por meio de campanhas de conscientização, educação

sobre epilepsia nas escolas e no local de trabalho, e políticas que protejam os direitos e a dignidade das pessoas com epilepsia.

De acordo com Schlindwein-Zanini *et al.* (2011), a desinformação e preconceitos a respeito das epilepsias, inclusive entre mães, pais e professores, alertam para a necessidade de educação da população.

Amaral (1998, p. 5) define preconceito como:

[...] conceito que formamos aprioristicamente, anterior portanto à nossa experiência. Dois são seus componentes básicos: uma *atitude* (predisposições psíquicas favoráveis ou desfavoráveis em relação a algo ou alguém - no caso aqui discutido, desfavorável por excelência) e o *desconhecimento* concreto e vivencial desse algo ou alguém, assim como de nossas próprias reações diante deles.

A educação desempenha um papel imprescindível na desconstrução do estigma e na promoção da inclusão de crianças com epilepsia. O preconceito é um fenômeno amplo e multifacetado que permeia diversas dimensões sociais, desde a educação até a mídia, as relações familiares e o ambiente de trabalho. Tem origem, segundo Amaral (1998), de uma disposição prévia, muitas vezes baseada no desconhecimento e na falta de experiência direta com a condição.

Nesse contexto, a infância surge como um período imprescindível para identificar e abordar os aspectos associados à epilepsia, possibilitando intervenções precoces que favorecem o desenvolvimento integral da criança.

A infância constitui um período especialmente valioso para reconhecer os sinais de alarme sobre problemas cognitivos e emocionais ligados à epilepsia, quer ao nível da integração, quer do rendimento escolar, já que quer através da informação dos pais como dos educadores, obtemos as chaves para detectar, intervir e monitorar a evolução destes problemas (Mulas *et al.*; 2006 *apud* Ramalho, 2009, p. 365).

A Declaração de Salamanca (ONU, 1994) ressalta a importância da identificação precoce, avaliação e estímulo de crianças pré-escolares com condições atípicas. O documento ainda enfatiza que a detecção precoce de problemas cognitivos e emocionais, juntamente com a implementação de programas educacionais, é imprescindível para garantir que todas as crianças recebam o apoio necessário para seu pleno desenvolvimento.

A Educação Inclusiva busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, possam ter acesso a uma educação de qualidade em escolas que valorizem a diversidade e promovam a equidade. A política de educação inclusiva se baseia no princípio de que a inclusão é um direito humano fundamental e que as escolas devem ser responsáveis por garantir a aprendizagem e a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais (Scavoni, 2016).

Segundo Saviani (1999), a função da escola é promover a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, fornecendo uma educação sistemática que possibilite aos indivíduos compreenderem a realidade social de forma crítica e transformadora. A escola deve atuar como um espaço de formação que forme os estudantes a intervirem conscientemente nas contradições sociais, desempenhando um papel central na emancipação e transformação da sociedade.

Entretanto, Moura *et al.* (2014, p. 457) afirmam que:

[...] as escolas, de maneira geral, não demonstram aptidão/interesse em lidar com crianças com epilepsia e que apesar de muitas vezes o quadro da epilepsia não ser nem limitante e nem incapacitante, devido aos estigmas do grupo social, essas crianças são colocadas, inadvertidamente, na educação especial (escolas especiais ou salas especiais), entendendo-se que elas têm necessidades educativas especiais.

A formação de professores pode auxiliar na adequação da aprendizagem para os educandos com epilepsia em sala de aula comum. Golfetto (2020) afirma que os professores precisam ter conhecimento sobre a condição, suas causas, sintomas, tratamentos e formas de convivência, a fim de evitar discriminações e estigmas em relação aos alunos com epilepsia.

Martins e Duarte (2010) discutem a formação de professores em relação à sua subserviência às demandas capitalistas, enfatizando a necessidade de uma formação que promova a humanização dos indivíduos por meio da mediação dos próprios professores. Segundo os autores, a formação docente deve ser uma atividade que integra o processo e o produto do trabalho educativo, e uma resposta às exigências do mercado.

A Lei Federal nº 13.722 (Brasil, 2018), institui a "Lei Lucas", que estabelece a obrigatoriedade de capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários

de estabelecimentos de ensino públicos e privados. A legislação é assim chamada em homenagem a Lucas Begalli Zamora, uma criança que faleceu em 2017 após se engasgar com um lanche em uma escola. O objetivo da lei é garantir a pronta resposta em emergências nas escolas, visando a segurança e o bem-estar dos alunos.

Dessa forma, a formação de professores deve contemplar aspectos teóricos sobre a epilepsia, mas também ações práticas para lidar com as crises convulsivas em sala de aula. Além disso, deve-se considerar aspectos pedagógicos, visando proporcionar um ambiente educacional livre de discriminações e estigmas em relação aos estudantes com epilepsia.

Embora muitos professores tenham alguma formação em relação a como lidar com estudantes com deficiências, a epilepsia é frequentemente subestimada ou mal compreendida.

Rosa (1997, p 41) explicita que:

Os professores reconhecem a falta de acesso às informações relacionadas à saúde da criança e até mesmo para onde encaminhar o aluno quando ele apresenta uma crise convulsiva sem recuperação imediata; bem como revelam medo quando surpreendidos pelas crises convulsivas.

Para alterar esse cenário e abordar a epilepsia sob uma nova ótica, torna-se essencial promover informações precisas, incentivar discussões, facilitar a troca de experiências e promover estudos teóricos sobre o tema, objetivando alcançar o maior número possível de pessoas. E a escola se apresenta como um importante meio de divulgação e debate dessas informações. Sabemos que as crianças em idade escolar têm conceitos que podem resultar da reprodução de crenças. Para modificar tal situação,

Estudos mostram que as campanhas informativas na epilepsia devem tocar o público jovem, pois além das crenças estarem neste grupo, existe a possibilidade de mudança nesta idade. Isto, porém, pode requerer esforços educacionais e repetitivos em escolas fundamentais e o Programa “Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade” vai de encontro a este objetivo. Através do Projeto “O Mundo de Cris”, as discussões vão além dos aspectos biológicos relacionados à condição, pois enfatizam as dificuldades psicossociais enfrentadas pelas pessoas com epilepsia (Min; Boaventura, 2007, p. 5).

O projeto “O Mundo e Cris” trata de uma história em quadrinhos que narra a vida de uma adolescente de 16 anos recentemente diagnosticada com epilepsia. Esse

evento impacta a vida da adolescente, mas também a de sua família, amigos, relações sociais e atividades diárias.

Portanto, é necessário que professores sejam contemplados com programas de formação sobre a epilepsia. Apesar de muitos já terem presenciado uma crise epiléptica, desinformação e mitos ainda persistem, isso pode levar a situações de estigmatização e discriminação (Fernandes; Li, 2006).

Para abordar a epilepsia de uma maneira adequada é imprescindível que as escolas sejam espaços de disseminação e discussão de informações sobre essa condição. Embora a epilepsia não seja considerada uma deficiência, o conceito de deficiência oculta tem se ampliado a partir da Lei Federal nº 14.624 (Brasil, 2023), que altera a Lei Federal nº 13.146 (Brasil, 2015). Esta legislação institui o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. A origem da representação desta flor para esta condição é explicada pela *Hidden disabilities*:

Tudo começou com a mãe de uma criança autista, Flávia Callafange, que ao descobrir o Cordão de Girassol como ferramenta para identificação de uma deficiência oculta e por um pedido de mais empatia que teve um impacto tão positivo que ela buscou a organização responsável pela criação do cordão e por difundi-lo pelo mundo, a Hidden Disabilities Sunflower (Girassol de Deficiências Ocultas, em tradução livre) (Hidden disabilities, 2024).

De acordo com a organização,

Enquanto alguns de nós vivenciamos uma deficiência que é visível, muitos de nós temos uma deficiência não visível que não é imediatamente aparente para os outros. Elas podem ser temporárias, situacionais ou permanentes. Elas podem ser neurológicas, cognitivas e de neurodesenvolvimento, bem como físicas, visuais, auditivas e incluindo dificuldades sensoriais e de processamento. Elas também incluem doenças respiratórias, raras e condições crônicas, como asma e diabetes (Hidden disabilities, 2024).

Apesar da diversidade dessas condições, todas podem apresentar necessidades específicas de acesso e gerar barreiras na vida cotidiana de quem convive com elas. Pessoas com epilepsia podem enfrentar desafios significativos que afetam sua vida diária e sua participação na educação e na sociedade, por isso as legislações e políticas educacionais atuais brasileiras pertinentes oferecem suporte nesse sentido.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (Brasil, 2001), definiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelecendo princípios para a inclusão de alunos com necessidades especiais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), assegurou o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, abrangendo também condições médicas diversas. A Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, garantiu o direito à educação inclusiva e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas condições médicas.

Adicionalmente, existem projetos de leis em âmbito federal, estadual e municipal¹, que articulam qualidade de vida à pessoa com epilepsia e condições efetivas de conscientização da população, por meio de campanhas que fomentam a discussão acerca do tema articulados com a organização de movimentos sociais em prol da qualidade de vida das pessoas com epilepsia. Por projeto de lei entende-se “Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional. Sujeita-se, após aprovado, à sanção ou ao veto presidencial”.

O projeto de lei não se torna automaticamente uma lei; passa por um processo legislativo extenso antes de sua aprovação final. De acordo com a Câmara dos Deputados (2019), “um projeto de lei pode ser apresentado por deputados, senadores, comissões, o presidente da República, o procurador-geral da República, o Supremo Tribunal Federal, tribunais superiores e cidadãos”.

Dando continuidade às informações fornecidas pela Câmara dos Deputados (2019), os projetos começam na Câmara, exceto os dos senadores, que iniciam no Senado. As alterações feitas na outra Casa retornam para aprovação e os projetos são analisados por comissões. A maioria tramita em caráter conclusivo, podendo

¹ Projeto de Lei Federal nº 2040 de 2022, do deputado Eduardo Bismarck (PDT), que institui a Semana Nacional de Conscientização da Epilepsia, a ser realizada, anualmente, na semana que incluir o dia 9 de setembro; Projeto de Lei Federal nº 5538/2019, do deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB), institui o Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Projeto de Lei Estadual nº 212/2022 institui programa de prevenção à epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no estado do Ceará; Projeto de Lei Estadual nº 564/2018 institui e estabelece Política Pública Estadual de Proteção, Inclusão e Acompanhamento Educacional dos Alunos com Epilepsia na Rede de Ensino do Estado de São Paulo; em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, o Projeto de Lei Municipal nº 327/2021, cria campanhas informativas sobre a epilepsia para empresas e Poder Público.

seguir para o Senado sem passar pelo Plenário, a não ser que 52 deputados recorram. O regime de urgência pode ser solicitado, permitindo votação rápida. Leis ordinárias são aprovadas com maioria simples (257 votos), enquanto leis complementares exigem 257 votos favoráveis. Após aprovação, os projetos vão ao presidente, que tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar, com vetos necessitando de maioria para rejeição.

Muitos desses projetos de lei visam garantir o acesso a tratamentos, pois a qualidade de vida das pessoas com epilepsia está intrinsecamente relacionada à disponibilidade de tratamentos acessíveis. Segundo Betting e Guerreiro (2008), o tratamento medicamentoso é a principal terapia para pacientes com epilepsia, mas 38% deles ainda recebem tratamento inadequado, e até 20% permanecem sem medicações.

A escolha das medicações deve considerar o custo e a posologia, especialmente para pacientes de baixo nível socioeconômico, para quais os medicamentos com distribuição pelo Sistema Único de Saúde e em menor frequência de doses são mais adequados. Eles classificam as drogas antiepilépticas em tradicionais (Carbamazepina, Fenitoína, Fernobital e Valproato) e novas (Oxcarbazepina, Topiramato, Lamotrigina e Gabapentina), o que sugere o avanço das pesquisas científicas e possibilidades de tratamento.

Nos últimos dez anos, o movimento liderado por mães de crianças com doenças neurológicas busca o acesso democrático ao tratamento medicamentoso, apoiado por ativistas que advogam pela legalização tanto do uso recreativo, quanto medicinal, da *Cannabis sativa*. Tais protestos causaram um impacto decisivo na opinião pública.

Ativistas que defendem seu uso recreativo facilitaram o acesso de famílias a plantas e extratos artesanais, recebendo apoio crescente de mães que se uniram ao Movimento Marcha da Maconha, um coletivo que promove a legalização e regulamentação da cannabis através de manifestações públicas, debates e ações educacionais. Esse fenômeno, monitorado por instituições de pesquisa, foi viabilizado pela rápida disseminação de informações por meio da internet, especialmente em redes sociais como o Facebook, e aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram (Carvalho *et al.*, 2017).

Ainda segundo os autores, esse movimento, que envolve casos de forte apelo emocional devido ao sofrimento das crianças e às dificuldades enfrentadas pelas

famílias na busca por tratamentos eficazes, recebeu respaldo de instituições públicas renomadas como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do projeto Farmacannabis, e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que planejam ações voltadas para essa demanda de saúde, chamando a atenção das mídias, levando à cobertura em veículos de comunicação de massa, como televisão e jornais de grande circulação.

De igual modo, outras instituições de pesquisa perceberam o potencial em projetos relacionados à *Cannabis sativa*, e empresas internacionais que comercializam extratos demonstraram capacidade financeira para patrocinar eventos de educação médica nessa área, como relatado em estudos recentes sobre a expansão do mercado medicinal de cannabis (Silva *et. al.*, 2021).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) marcou mais um avanço significativo no cenário da saúde brasileira. Em 2022, por meio da Resolução RE nº 3.893, concedeu autorização sanitária para a fabricação de um novo produto medicinal à base de *Cannabis sativa* no Brasil (Anvisa, 2022). Essa decisão reflete um movimento progressivo da agência reguladora, que tem acompanhado de perto os avanços científicos e as demandas da população por alternativas terapêuticas. O produto aprovado se junta à uma lista crescente de 23 itens relacionados à *Cannabis sativa*, dos quais nove são à base de extratos da planta e 14 contêm canabidiol, conforme relatado em publicações da Anvisa (Anvisa, 2023).

De acordo com o Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2024), alguns desses medicamentos já estão sendo distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como é o caso do estado de São Paulo. Segundo Silva e Lino (2022, p. 121), “no SUS, o fornecimento ainda é incipiente, sendo normalmente necessária ação judicial para obtenção do medicamento. Ademais, permitir o fornecimento somente pelo SUS sobrecarregará excessivamente o Estado”.

O tratamento com canabidiol (CBD) ainda não é viável pelo SUS por diversas razões. Conforme abordado por Silva e Lino (2022), o CBD, um fitofármaco extraído da planta *Cannabis*, mesmo que tenha propriedades terapêuticas reconhecidas e não psicoativas, sua incorporação ao SUS enfrenta desafios significativos:

- o CBD só pode ser prescrito a partir de uma receita médica específica (tipo B) e após o esgotamento de outros tratamentos, o que limita o acesso ao medicamento;

- a Anvisa classifica compostos à base de CBD como produtos, e não medicamentos, exigindo estudos clínicos que comprovem sua eficácia para que sejam considerados medicamentos no Brasil;
- o governo e os planos de saúde frequentemente barram a incorporação do CBD devido aos altos custos, que variam significativamente;
- a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) não recomendou a incorporação do CBD, alegando que os estudos disponíveis foram realizados com poucos pacientes, resultando em baixa evidência clínica. O alto custo do CBD é também influenciado pela falta de regulamentação para o cultivo da planta no Brasil, resultando na necessidade de importar insumos, o que eleva os custos devido a impostos, taxas de importação e cambiais.

No próximo capítulo, trataremos da produção acadêmica que aborda a interseção entre epilepsia e Educação Infantil. Exploraremos a importância da formação dos professores para enfrentar os desafios associados a essa condição, com o intuito de romper estigmas.

CAPÍTULO 2

MAPEAMENTO DA LITERATURA: EPILEPSIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo empreende um levantamento sobre a produção acadêmica concernente à interseção entre epilepsia e Educação Infantil. Trata da Educação Infantil no país e seus marcos legais, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2010). No contexto da epilepsia, o capítulo destaca a relevância da formação de professores, imprescindível para garantir que as crianças com essa condição sejam incluídas no ambiente escolar. Assim, a teoria de Vygotsky (2022) é apresentada como uma base para repensar a inclusão, desafiando a visão que foca nas limitações das crianças com deficiências, propondo uma perspectiva que privilegia as potencialidades no processo educativo.

Para compreender a produção acadêmica sobre o tema, foi realizada pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), no período de 2011 a 2023. Esse intervalo de tempo foi selecionado em conformidade com o marco legal da Educação Inclusiva, representado pelo Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, instituído pelo Decreto Federal nº 7.611 (Brasil, 2011), que enfatizou a formação continuada de professores para atendimento às necessidades educacionais especiais.

Foram usados os seguintes descritores: Epilepsia AND Educação Infantil, Epilepsia AND Criança, Epilepsia AND Educação e Epilepsia AND Aprendizagem. Foram localizados 86 trabalhos na BDTD, recuperando dois deles. No CAPES, a busca resultou em oito trabalhos, dos quais dois foram recuperados. O critério de inclusão foi baseado na relevância da temática, considerando estudos que abordassem especificamente a relação entre epilepsia e educação, com ênfase em contextos que envolvem crianças em idade escolar ou pré-escolar. Os critérios de exclusão abrangeram estudos que não tratam diretamente da epilepsia em relação à educação, como aqueles que discutem apenas aspectos médicos sem implicações educativas, além de pesquisas que envolvem adultos ou populações que não sejam crianças em idade escolar.

A seguir será apresentada a Tabela 1 com os trabalhos encontrados e recuperados na BDTD e no CAPES.

TABELA 1 – Trabalhos encontrados e recuperados na BDTD e no CAPES.

Descritores	BDTD		CAPES	
	Encontrados	Recuperados	Encontrados	Recuperados
Epilepsia AND Educação Infantil	0	0	4	LIMA (2016); SILVA (2016)
Epilepsia AND criança	56	CAMPOS (2015)	0	
Epilepsia AND Educação	10	CAMPOS (2015)	4	LIMA (2016); SILVA (2016)
Epilepsia AND Aprendizagem	20	CAMPOS (2015); FERRO (2019)	0	

Fonte: A autora.

A tabela possui três colunas, e suas linhas são alternadas nas cores branco e azul, criando uma diferenciação visual entre elas. A tabela está organizada em duas colunas principais: BDTD e CAPES. Cada seção contém dados sobre os "Descritores" utilizados na pesquisa, além do número de artigos "Encontrados" e "Recuperados".

A análise da BDTD revela uma lacuna nas pesquisas recentes sobre epilepsia e sua relação com a Educação Infantil. A busca utilizando os termos "Epilepsia AND Educação Infantil" não resultou em registros. Entretanto, ao ampliar a pesquisa para "Epilepsia AND Criança," encontrou-se 56 referências, recuperado o trabalho de Campos (2015), que abordou a aprendizagem de crianças com epilepsia no lobo temporal e frontal em idade escolar em sua dissertação de Mestrado Profissional em Saúde e Desenvolvimento Humano. A busca abrangente utilizando os descritores "Epilepsia AND Educação" e "Epilepsia AND Aprendizagem" resultou em 10 e 20 referências respectivamente, mas somente dois recuperados. Vale notar que a dissertação de Campos (2015) figura em ambos os descritores, enquanto a pesquisa Ferro (2019) é mencionada exclusivamente no contexto de "Epilepsia AND Aprendizagem".

Essa diversidade de abordagens ressalta a complexidade do tema e a importância de investigações interdisciplinares que abrangem diversos aspectos da epilepsia no contexto educacional, oferecendo reflexões para aprimorar práticas pedagógicas e promover a inclusão efetiva de crianças com epilepsia. É possível notar

a escassez de pesquisas nesta área, e esses estudos são essenciais para orientar a formulação de políticas públicas e práticas educacionais que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento integral de crianças com epilepsia ao longo de sua trajetória escolar.

Na análise dos resultados da pesquisa na CAPES para a categoria "Epilepsia AND Educação Infantil" identificaram-se quatro registros, entretanto, apenas dois foram recuperados. Dentre esses, destaca-se o estudo de Lima (2016) e de Silva (2016). O primeiro investiga as representações sociais do estigma e do preconceito na construção da identidade social de adolescentes com epilepsia de difícil controle medicamentoso. A pesquisa de Silva (2016) destaca o uso do documentário como ferramenta na formação de profissionais da educação para atender alunos com epilepsia. Ao explorar a categoria "Epilepsia AND Educação," novamente destacam-se os trabalhos Lima (2016) e Silva (2016). No entanto, há ausência de registros na categoria "Epilepsia AND Criança" e "Epilepsia AND Aprendizagem".

A seguir serão apresentadas cada uma das quatro produções selecionadas de acordo com o problema de pesquisa, objetivos, referencial teórico, metodologia e principais resultados.

Para Campos (2015), as questões discutidas na pesquisa surgem de suas experiências profissionais com crianças com deficiência intelectual e com aqueles que convivem com elas: suas famílias e professores. Tem como objetivo de descrever e analisar as principais funções cognitivas influenciadas pelos múltiplos fatores inerentes à epilepsia em crianças em idade escolar com epilepsia da região temporal e frontal. Os participantes desta pesquisa foram três crianças de 8 a 9 anos de idade que frequentam o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPSI) no município de Canoas/RS. Trata-se de pesquisa qualitativa com delineamento de estudo de caso. Foram utilizados seis testes: História de Vida (Anamnese); Genograma Cruzado; Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA); Provas Operatórias; Teste de Desempenho Escolar (TDE) e Testes Projetivas – Desenho do Par Educativo.

Os dados revelam a influência da epilepsia nas áreas de aprendizagem matemática e déficit de atenção, que se manifesta como atraso cognitivo e falta de motivação ou interesse pelo conteúdo escolar. Isso leva à sugestão de intervenções adequadas para uma investigação das dificuldades matemáticas e déficits de atenção como forma de garantir o enfrentamento e a própria aprendizagem.

A pesquisa de Lima (2016) identificou que a epilepsia é tratada de forma dicotômica, saúde ou educação. E na perspectiva dela não se define em uma única vertente, seja biológica ou humana, mas deve ser tratada em todos seus aspectos. Participaram deste estudo três adolescentes diagnosticados com epilepsia de difícil controle e seus familiares. Os participantes fazem o tratamento no ambulatório de epilepsia de difícil controle na infância e adolescência, da Unidade de Investigação e Tratamento das Epilepsias (UNIPETE-UNIFESP). Esta pesquisa qualitativa exploratória buscou verificar como, na opinião de adolescentes com epilepsia e seus familiares, as representações sociais de preconceito e estigma se constituem na composição da identidade social desses adolescentes e sua potencial interferência no desempenho de atividades cotidianas e participação social.

As observações foram feitas por meio de estudo de prontuários, aplicação de questionário estruturado, visita domiciliar e entrevista semiestruturada com paciente e família. Os dados foram analisados de acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin, com seis categorias de dados: I. Impacto da epilepsia na dinâmica familiar; II. Representações sociais do estigma e preconceito nas epilepsias e possível influência na identidade pessoal e social; III. Representações sociais sobre o estigma e o preconceito nas epilepsias; IV. Situações de perda de alteridade; V. Reflexões trazendo significado para a epilepsia; VI. Crises e representações sociais interferindo no desempenho de atividades e participação.

Os resultados reafirmam que a epilepsia é um problema neurológico grave, que pode trazer consequências em todas as instâncias da vida, especificamente na adolescência, já que as representações sociais estabelecem crenças de que a epilepsia é contagiosa, traz deficiência intelectual, enlouquece e pode disfarçar a possessão espiritual. Os jovens podem ser confundidos com alcoólatras ou viciados em drogas e muitas vezes se sentem notados como se estivessem fingindo ou expressando um colapso nervoso.

Silva (2016) constatou em uma pesquisa na *web* a escassez de informações sobre a formação de profissionais da educação no cuidado de alunos com epilepsia, a partir de fontes científicas acadêmicas. Sendo assim, o objetivo principal do trabalho foi informar os profissionais da educação sobre o tema. Além disso, um documentário de média metragem foi filmado e um questionário efetuado para conduzir a pesquisa.

O documentário intitulado "O Mal Divino" foi produzido em formato de média metragem, com o objetivo principal de explicar os principais aspectos relacionados com

o estigma desta condição, os impactos no desenvolvimento cognitivo e social e os procedimentos de primeiros socorros através de animações 2D. Além da abordagem qualitativa do documentário o questionário foi realizado utilizando o Método Fenomenológico. Os resultados desta pesquisa mostraram que o método de divulgação de informações sobre epilepsia revelou-se suficiente face aos objetivos do projeto. Um questionário foi aplicado aos sujeitos participantes para fins de avaliação do produto. A pesquisa demonstrou os enganos que permeiam o cotidiano das pessoas com epilepsia e a utilidade do documentário como uma ferramenta metodológica eficaz para transmitir informações sobre temas relevantes.

Ferro (2019) teve como objetivo geral avaliar os tipos de atitudes dos professores em relação às crises de alunos com epilepsia e às crises comportamentais de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Os objetivos específicos foram avaliar os níveis de conhecimento e percepções sobre esses temas, o estado de saúde mental dos professores e as possíveis relações entre essas variáveis.

Apresentado como um estudo transversal qualitativo, os dados foram coletados por meio de questionários elaborados para uso em estudos e ferramentas psicológicas previamente validadas. Os resultados foram analisados por meio de testes estatísticos e análise qualitativa usando categorização de resposta preditiva e de contingência. As atitudes descritas em relação às crises por alunos com epilepsia, TEA e TDAH foram analisadas em quatro categorias diferentes, a saber: proativas desejáveis, proativas indesejáveis, inadequadas e de fuga esquivada. O presente estudo indica a importância de ações que promovam a aquisição de conhecimento sobre epilepsia, TEA e TDAH para professores, a fim de auxiliar no processo de educação inclusiva, respeitando as particularidades de cada aluno. Participaram desta pesquisa 150 professores.

Pode-se constatar que, sobre a presente temática na área da educação e a respeito da aprendizagem no contexto escolar, não há pesquisas recentes que datem de cinco anos atrás. Mesmo quando se amplia este tempo para dez anos, percebe-se pouca produção, já que a maior parte das pesquisas ocorreram na década de 2000, com maior incidência no ano de 2009. Sendo assim, é relevante realizar estudos na área da educação a fim de contribuir com novos dados, para auxiliar na implementação de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência da criança com epilepsia no ambiente escolar, com qualidade, ao longo de sua vida.

Nesse sentido, torna-se imperativo conduzir estudos que abordem a temática da aprendizagem no contexto escolar, especificamente para crianças com epilepsia, a fim de proporcionar dados atualizados. Essas pesquisas podem oferecer subsídios essenciais para a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem o acesso e a permanência dessas crianças na escola com qualidade ao longo de sua trajetória educacional.

Feito este levantamento, faz-se necessário apresentar as relações entre Educação Infantil e Epilepsia.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E CRIANÇAS COM EPILEPSIA

Embora não seja objetivo da pesquisa apresentar uma análise histórica sobre a Educação Infantil, a seguir será abordado de maneira breve o processo da Educação Infantil no Brasil.

No século XIX, o conceito de Educação Infantil ganhou uma notoriedade significativa com Friedrich Froebel, um educador alemão que criou o "Kindergarten" (jardim de infância) (Valdez, 2002). Froebel acreditava que as crianças aprendem melhor através do jogo e da exploração em um ambiente que estimula sua curiosidade e imaginação, introduzindo a ideia de que a educação na primeira infância deveria ser distinta da educação primária, focada nas necessidades específicas do desenvolvimento infantil (Valdez, 2002). Seus métodos incluíam atividades práticas, brincadeiras dirigidas, trabalho manual, e a utilização de materiais didáticos específicos, estabelecendo um modelo que teria uma influência profunda na Educação Infantil em todo o mundo (Valdez, 2002).

Além de Froebel, outros pesquisadores da educação emergiram em diferentes partes do mundo, contribuindo para a diversificação dos modelos de Educação Infantil. Na Itália, Maria Montessori desenvolveu um método que enfatizava a independência, a liberdade dentro de limites e o respeito pelo desenvolvimento natural das habilidades psicológicas, físicas e sociais da criança (Vale, 2020). Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, Margaret McMillan (Arce, 1998) e John Dewey (Abbud, 2007) estavam promovendo ideias progressistas sobre a Educação Infantil, focando na aprendizagem experiencial e na importância do ambiente físico e social no desenvolvimento da criança. Esses modelos variados refletiam a preocupação com a educação nos

primeiros anos de vida e estabeleceram as bases para as práticas contemporâneas de Educação Infantil.

A história da Educação Infantil no Brasil tem suas raízes no período colonial e se desenvolve de forma intrinsecamente ligada às transformações sociais, econômicas e culturais do país. Inicialmente, a educação das crianças pequenas estava majoritariamente centrada no ambiente familiar, com influências dos costumes indígenas e africanos, além dos valores europeus trazidos pelos colonizadores (Pereira, 2007), em que o cuidado e a instrução das crianças em idade pré-escolar eram considerados uma responsabilidade doméstica, geralmente a cargo das mulheres. Foi somente no final do século XIX e início do século XX, influenciado por mudanças e pela crescente urbanização, que o Brasil começou a institucionalizar a Educação Infantil. As primeiras iniciativas surgiram em grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde as creches e jardins de infância começaram a atender às necessidades das famílias trabalhadoras (Vieira, 1988).

Durante a primeira metade do século XX, a Educação Infantil no Brasil continuou a se expandir, embora de forma desigual e com enfoques variados, refletindo as diversidades regionais e socioeconômicas do país (Vieira, 1988). Nesta época, predominavam as influências de modelos europeus, principalmente o francês e o alemão, na estruturação das práticas pedagógicas. Contudo, essas instituições eram mais acessíveis à população urbana de classe média e alta, enquanto a maioria das crianças brasileiras, especialmente em áreas rurais e comunidades de baixa renda, ainda permaneciam fora do sistema formal de Educação Infantil (Vieira, 1988).

A partir da década de 1930, com as reformas educacionais promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, houve um impulso no reconhecimento e na organização da Educação Infantil, mas ainda com foco limitado na preparação para o ensino fundamental e na assistência social (Almeida, 2010).

A situação começou a mudar significativamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que reconheceram a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica (Brasil, 1988; 1996). Estes marcos legais representaram um avanço importante, pois colocaram a Educação Infantil como um direito de todas as crianças e uma responsabilidade do Estado, e, com isso, houve um aumento no financiamento, na construção de novas creches e pré-escolas, e na formação de professores especializados. A Educação Infantil no Brasil passou a ser

vista como um espaço essencial para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos, refletindo uma crescente valorização da primeira infância no panorama educacional brasileiro, marcando um período de expansão e de busca pela qualidade e equidade na educação das crianças menores de seis anos.

No Brasil, a Educação Infantil passou por importantes transformações ao longo dos anos, especialmente após a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2010), as quais representam um marco significativo nesse processo, enfatizando a importância de uma abordagem pedagógica que respeita a individualidade da criança, promove seu desenvolvimento integral e considera o brincar como uma atividade fundamental para o aprendizado (Brasil, 2010). Essas diretrizes também reforçam a necessidade de criar ambientes que incentivam a curiosidade e a exploração, e onde as crianças possam se desenvolver de forma saudável e equilibrada. Com a implementação das DCNEI, houve um esforço para assegurar que as práticas pedagógicas nas creches e pré-escolas em todo o país fossem alinhadas com esses princípios, garantindo um padrão de qualidade e respeito às especificidades da primeira infância (Brasil, 2010).

Além das DCNEI, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, apresentou novas perspectivas para a Educação Infantil no Brasil, estabelecendo um conjunto de aprendizagens que todas as crianças devem desenvolver ao longo desta etapa educacional (Brasil, 2017). A BNCC foca na construção de competências e habilidades em diversas áreas, como o desenvolvimento socioemocional, cognitivo e físico. Além disso, valoriza a diversidade cultural do país, buscando garantir uma Educação Infantil de qualidade, que respeite e atenda às necessidades de aprendizagem de cada criança, preparando-as não apenas para o Ensino Fundamental, mas também para serem cidadãos ativos e conscientes (Brasil, 2017). Com a implementação da BNCC, os educadores ganharam um referencial comum para planejar suas atividades pedagógicas, avaliar o desenvolvimento das crianças e adaptar as práticas educativas às realidades locais, promovendo uma educação mais inclusiva.

Nesse contexto, Pasqualini e Martins (2020) discutem os "campos de experiência" e criticam o enfoque anti-escolar que surge como uma reação à estrutura tradicional da escola e ao ensino dominante. Elas destacam que essa crítica é particularmente relevante no contexto dos alunos de camadas sociais mais

desfavorecidas, considerando a experiência escolar. Elas destacam a importância de um trabalho pedagógico que promova o desenvolvimento pleno das crianças, incluindo aspectos sensoriais, corporais, estéticos e intelectuais. As autoras enfatizam a necessidade de uma educação que integre práticas sociais e culturais ricas e diversificadas, permitindo às crianças o acesso a bens culturais e à ampliação de saberes, indo além de um currículo minimalista e assistemático.

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da escolarização do indivíduo, desempenha um papel importante no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças (Silva *et al.*, 2022). Nesse sentido, buscou-se explorar a história da Educação Infantil, desde seus primeiros modelos até as práticas contemporâneas, com um foco particular no Brasil em comparação com outros contextos mundiais.

No que tange à formação de professores para a Educação Infantil, é imprescindível abordar as especificidades de condições como a epilepsia, garantindo que os docentes estejam preparados para lidar com as necessidades dessas crianças. Conforme discutido por Martins e Duarte (2010), a formação de professores é influenciada pelos desafios e demandas de cada época histórica. No século XX, por exemplo, essa formação foi marcada por uma tensão entre a necessidade de promover a humanização dos indivíduos e a subserviência às demandas do capitalismo, que frequentemente resultava em uma formação tecnicista.

Martins e Duarte (2010) criticam as abordagens contemporâneas que favorecem a descontextualização da teoria na prática pedagógica, a fragmentação do conhecimento e o foco em competências técnico-práticas que não abordam a necessidade de uma educação que contemple uma visão crítica e transformadora da sociedade. Argumentam que é imprescindível que a formação de professores seja revista e redirecionada para enfrentar as demandas práticas imediatas, mas também para preparar os docentes como agentes de transformação social, capazes de fomentar uma educação que realmente contribua para a emancipação humana. Nesse sentido, uma formação que integre a teoria e a prática de maneira crítica, promovendo uma compreensão das bases filosóficas, sociais e políticas da educação, é essencial para que os professores possam exercer seu papel com autonomia e comprometimento ético-político.

Essa perspectiva é ampliada por Meletti e Cabral (2021), que oferecem uma análise crítica sobre como a educação no sistema capitalista pode reproduzir

desigualdades sociais, sublinhando a necessidade de revisar as práticas educacionais para garantir o direito à educação.

Este argumento é reforçado por Lopes (2015), que destaca o impacto significativo do conhecimento, ou a falta dele, sobre a epilepsia nas práticas educativas. Segundo a autora, a falta de informação pode levar a práticas inadequadas durante as crises epiléticas, comprometendo a segurança e o bem-estar dos estudantes. A autora ainda argumenta que a formação continuada para os professores é imprescindível para que estes possam agir corretamente durante as crises epiléticas, garantindo assim que os estudantes com esta condição recebam o apoio necessário e adequado dentro do ambiente escolar.

O conhecimento é imprescindível para desmistificar estigmas, promover entendimento das necessidades dessas crianças e fomentar uma escola inclusiva. A escolarização de crianças com epilepsia na Educação Infantil deve ser vista como um compromisso coletivo da sociedade em repensar suas práticas e políticas educacionais para garantir uma inclusão efetiva. Assim, ao promover estudos atualizados e específicos sobre este tema, poderemos fornecer dados para a implementação de políticas públicas que assegurem o acesso e a permanência dessas crianças na escola com qualidade ao longo de sua trajetória educacional. Este esforço conjunto contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as crianças tenham a oportunidade de participar plenamente e desenvolver seu potencial.

Pereira *et al.* (2022) destacam a importância do conhecimento adequado sobre tratamentos médicos e a importância do acompanhamento regular, que são fundamentais para o controle da epilepsia. Eles ressaltam que a formação dos professores sobre tratamentos atualizados é imprescindível para que possam apoiar adequadamente os estudantes, orientando-os e colaborando com as famílias.

Martins-Berggren e Sacaloski (2024) investigam a disseminação de informações corretas sobre a epilepsia como um meio para reduzir o estigma associado à condição. Eles argumentam que informar os professores sobre a epilepsia, com dados precisos e atualizados, é imprescindível para combater preconceitos e promover uma abordagem inclusiva no tratamento de estudantes com essa condição. A conscientização e a educação adequada podem transformar significativamente a percepção sobre a epilepsia.

A formação contínua dos professores é igualmente enfatizada por Knights e Richards (2003) para garantir a disseminação de informações sobre como lidar com emergências, como crises epiléticas, na escola. Os autores destacam que a educação continuada não apenas pode aumentar a confiança dos professores em suas habilidades para conduzir tais situações, mas também melhora a qualidade do apoio oferecido aos estudantes.

Além disso, a atitude dos professores em relação aos estudantes com epilepsia é um fator determinante para a inclusão escolar. Alves (2019) observa atitudes solidárias dos professores em relação aos estudantes com epilepsia. A autora destaca que, apesar do medo e da preocupação, a maioria dos professores demonstra disposição para ajudar e apoiar esses estudantes. Sugere que fomentar essa disposição por meio de formação e informação adequada pode fortalecer ainda mais o trabalho docente.

A importância de desmistificar mitos sobre a epilepsia é abordada por Silva *et al.* (2021), que destacam a necessidade de formação adequada dos professores em primeiros socorros. Essa formação apresenta-se como um componente imprescindível na preparação dos educadores para responder a essas ocorrências, para evitar intervenções inadequadas e garantir um ambiente escolar seguro. Esse conhecimento é imprescindível para criar um espaço de apoio que facilite a escolarização de estudantes com epilepsia. Esse ponto é reforçado por Felicetti e Batista (2020), que discutem como o suporte familiar e a colaboração entre escola e família pode criar um espaço que promove o aprendizado e a segurança emocional dos alunos com condições crônicas, como a epilepsia.

A análise das interações entre condições médicas e desempenho acadêmico revela a complexidade do impacto da epilepsia na aprendizagem. Carvalho *et al.* (2024) destacam que a epilepsia pode influenciar a aprendizagem de diversas maneiras, dependendo da gravidade e controle da condição. Isso reforça a necessidade de intervenções médicas e suporte educacional adequado para minimizar os impactos adversos da epilepsia na escola. Esse entendimento é complementado por Zanni *et al.* (2010), que abordam como a epilepsia pode estar associada a questões psicossociais, como baixa autoestima e sonolência, afetando a capacidade de concentração e a percepção do próprio valor do estudante. Assim, é evidente a necessidade de uma abordagem educacional que ajuste suas práticas para atender às necessidades psicossociais dos estudantes com epilepsia.

A epilepsia, sendo uma condição neurológica complexa, tem atraído considerável atenção na área médica devido à sua prevalência e ao impacto significativo que tem na qualidade de vida das pessoas afetadas. No entanto, há uma disparidade na quantidade de pesquisa quando comparamos a área médica com a área da educação, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas para os estudantes com epilepsia (Lima, 2016). A pesquisa médica sobre epilepsia frequentemente recebe mais financiamento e apoio institucional devido à ênfase na cura e no tratamento clínico. Instituições de saúde, farmacêuticas e agências de financiamento estão mais inclinadas a investir em estudos que possam levar ao desenvolvimento de novos medicamentos ou terapias.

Em contrapartida, a pesquisa na área da educação para alunos com epilepsia recebe menos atenção e financiamento, resultando em menos estudos e menor desenvolvimento de estratégias educacionais (Golfetto, 2020). A falta de pesquisa específica em educação pode significar que professores e escolas não têm conhecimento sobre estratégias e recursos para apoiar os estudantes com epilepsia. Isso pode levar a um ambiente escolar segregativo e a dificuldades no desempenho acadêmico e social desses estudantes. Além disso, a falta de pesquisa e conhecimento sobre epilepsia na educação pode perpetuar estigmas e desinformação, dificultando a aceitação e a inclusão de estudantes com essa condição nas escolas (Kremer; Souza; Oliveira, 2017; Silva *et. al*, 2020).

2.2 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Para contribuir com a discussão, apresenta-se um estudo inicial sobre as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural na escolarização da criança com epilepsia, com ênfase nos estudos de Vigotski.

Lev Semionovitch Vygotsky, nascido em 1896, foi um destacado psicólogo russo cuja vida e trabalho foram profundamente influenciados pelo cenário político e social tumultuado da Rússia no início do século XX. Ele iniciou seus estudos em Moscou, envolvendo-se em atividades estudantis e lecionando em Gomel durante um período marcado por agitação política, incluindo a Revolução Socialista de 1917 e seus desdobramentos. Mais tarde, mudou-se para Moscou e integrou o Instituto de Psicologia Experimental em meio às transformações políticas e ideológicas da União Soviética. Em 1929, foi para Tachkent para dar aulas e pesquisar, sendo nomeado

para diversos cargos acadêmicos em um contexto de crescente controle estatal sobre o ensino e a pesquisa. Vygotsky faleceu em 1936, deixando um legado significativo em suas obras publicadas postumamente, que continuam a ser amplamente reconhecidas e estudadas até os dias atuais (Prestes; Tunes, 2011).

Contrapondo-se aos determinismos biológicos e enfoque exclusivamente nas limitações dessas crianças com deficiência, nos escritos sobre defectologia Vygotsky propôs uma abordagem que reconhecesse as suas capacidades e habilidades.

A reação contra esse enfoque quantitativo de todos os problemas da teoria e da prática é o aspecto mais essencial da defectologia contemporânea. A luta de duas concepções defectológicas no mundo, das duas ideias polares e dos dois princípios constitui o conteúdo vivo da crise favorável que experimenta essa esfera do conhecimento científico na atualidade (Vygotsky, 2022, p. 31).

Na perspectiva de Vygotsky, a defectologia deve rejeitar abordagens puramente quantitativas, propondo-se a ser uma ciência com um objeto de estudo: o desenvolvimento e o processo de aprendizagem das pessoas com deficiência, centrando-se em suas potencialidades. A tese central de Vygotsky confrontou a ideia de que uma criança com deficiência é menos desenvolvida do que as demais; ela simplesmente se desenvolve de maneira diferente. (Vygotsky, 2022).

Ao focar nos aspectos qualitativos, Vygotsky (2022) argumentou que o desenvolvimento psíquico de crianças com e sem deficiência segue leis similares, mas com organizações distintas. Ele reconheceu que o desenvolvimento da criança com deficiência apresenta estruturas e organizações específicas, possibilitando-se por meios diferentes. A deficiência, longe de ser uma limitação irreparável, age como desafio para superação, introduzindo o conceito de compensação.

O defeito é a limitação, a debilidade, a diminuição do desenvolvimento; de outro, precisamente porque origina dificuldades, ele estimula o movimento elevado e intensificado para o desenvolvimento. O postulado central da defectologia contemporânea é o seguinte: qualquer defeito origina estímulos para a formação da compensação. Por isso, o estudo dinâmico da criança que apresenta deficiências não pode limitar-se à determinação do grau e da gravidade da insuficiência, mas inclui indispensavelmente o controle dos processos de compensação, de substituição, processos formadores e equilibradores no desenvolvimento e na conduta da criança. (Vygotsky, 2022, p. 34).

Essa noção de compensação vai além do aspecto orgânico, pois Vygotsky considera a compensação social como um componente vital desse processo. Essa

perspectiva é importante para compreender o desenvolvimento de crianças com epilepsia porque ela reconhece a importância das mediações estabelecidas nas relações sociais para o seu desenvolvimento.

Outros conceitos de Vigotski que são necessários destacar são as funções psíquicas elementares e superiores:

As pesquisas vigotskianas entre 1926-1930 focalizam o estudo experimental dos mecanismos que transformam funções psicológicas naturais, primitivas, em funções psicológicas superiores, como a atenção seletiva, a memória lógica, a tomada de decisões e a compreensão da linguagem; bem como a internalização das elaborações humanas e do próprio mundo, o que implica um processo de aquisição de ferramentas psicológicas simbólicas, algo que se apresenta em intrínseca dependência com as relações sociais estabelecidas (Barroco, 2007, p. 326).

Maior *et. al.* (2016) destacam a contribuição do conceito das funções psíquicas superiores definidas por Vygotsky no contexto escolar. Eles discutem como as funções psíquicas superiores são essencialmente humanas e se desenvolvem através da educação. Os autores enfatizam que essas funções não são meras respostas ao ambiente, mas são reguladas por processos de autorregulação e conscientização, destacando a importância da educação inclusiva para facilitar o desenvolvimento dessas capacidades em todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou mentais.

Com o desenvolvimento promovido pela aprendizagem, as funções psicológicas elementares e superiores:

[...] nunca atuam em separado, senão em certa combinação e, em idade mais avançada, o desenvolvimento psicológico se dá por meio de trocas das relações sistêmicas entre as funções, à custa dos vínculos interfuncionais. Por esse modo de explicar o desenvolvimento mental, pode-se observar novamente a categoria *totalidade* presente em seu modo de conceber o homem, o seu desenvolvimento cognitivo e seu funcionamento neurológico (Barroco, 2007, p. 305).

Além disso, com base nos estudos de Vigotski, Duarte (1996) destaca a primazia do ensino de conteúdos escolares, dos conhecimentos historicamente acumulados para o desenvolvimento da criança. Esta tarefa deve-se ao professor “quem detém a visão dos objetivos pedagógicos para cujo alcance essas interações devem estar direcionadas” (Duarte, 1996, p. 33). Desta forma, a criança se apropria

“da experiência histórico-social, dos conhecimentos produzidos historicamente e já existentes objetivamente no mundo no qual o indivíduo vive” ((Duarte, 1996, p. 33).

Para tanto, é preciso compreender os níveis de desenvolvimento definidos por Vigotski (2020): nível de desenvolvimento atual e zona de desenvolvimento imediato. O primeiro diz respeito ao que a criança realiza com autonomia, o segundo o que a criança realiza com auxílio de outra pessoa. Portanto,

A pedagogia deve orientar-se não no ontem mas no amanhã do desenvolvimento da criança. Só então ela conseguirá desencadear no curso da aprendizagem aqueles processos de desenvolvimento que atualmente se encontram na zona de desenvolvimento imediato (p. 333)

Neste sentido,

Cabe ao ensino escolar, portanto, a importante tarefa de transmitir à criança os conteúdos historicamente produzidos e socialmente necessários, selecionando o que desses conteúdos encontra-se, a cada momento do processo pedagógico, na zona de desenvolvimento próximo. Se o conteúdo escolar estiver além dela, o ensino fracassará porque a criança é ainda incapaz de apropriar-se daquele conhecimento e das faculdades cognitivas a ele correspondentes. Se, no outro extremo, o conteúdo escolar se limitar a requerer da criança aquilo que já se formou em seu desenvolvimento intelectual, então o ensino torna-se inútil, desnecessário, pois a criança pode realizar sozinha a apropriação daquele conteúdo e tal apropriação não produzirá nenhuma nova capacidade intelectual nessa criança, não produzirá nada qualitativamente novo, mas apenas um aumento quantitativo das informações por ela dominadas. (Duarte, 1996, p. 40)

A Psicologia Histórico-Cultural oferece uma abordagem imprescindível para a escolarização de crianças com epilepsia, ao enfatizar a importância das relações sociais e da mediação pedagógica. Essa perspectiva permite o desenvolvimento de estratégias educacionais que promovam o pleno desenvolvimento dessas crianças.

Todos nós sabemos como são incomparáveis as relações das crianças dessa idade com suas professoras da escola maternal, quão necessária é para as crianças a atenção da professora e quão frequentemente elas recorrem à sua mediação em suas relações com outras crianças de sua idade. Pode-se dizer que as relações com a professora fazem parte do pequeno e íntimo círculo dos contatos das crianças. (Vygotsky, 2010, p. 60).

Nesse contexto, o trabalho pedagógico assume um papel imprescindível na compensação dos limites impostos pelas situações vivenciadas pela criança.

Vygotsky destaca que as dificuldades escolares não são inerentes à criança, mas, em grande parte, refletem as condições objetivas.

A compensação estaria relacionada ao ensino de como a criança pode valer-se de seus talentos ou recursos naturais [como a memória] de modo racional, caso contrário, tendem a permanecer como peso morto, adormecidos, inúteis. (Barroco, 2011, p. 261)

Nesta pesquisa, a epilepsia é entendida como uma condição neurológica que pode impactar diversos aspectos do desenvolvimento infantil. Contudo, em vez de focar apenas nas limitações impostas pela condição, adota-se a visão de que, com suporte adequado e um contexto educativo apropriado, é possível promover sua escolarização.

O próximo capítulo apresenta as escolhas metodológicas que fundamentaram o estudo, abrangendo desde o desenho da pesquisa até os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados. Também serão detalhados os processos que nortearam a pesquisa.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, exploraremos as escolhas metodológicas adotadas e suas justificativas, desde o desenho da pesquisa até os instrumentos de coleta e análise de dados.

3.1 DESENHO DA PESQUISA

O presente estudo baseia-se na pesquisa conhecida como *Design-Based Research* – DBR, traduzida como pesquisa de desenvolvimento (Matta *et al.*, 2015).

Trata-se de uma abordagem metodológica que visa criar, aprimorar e inovar práticas educacionais. Segundo Barbosa e Oliveira (2015), a publicação de um número especial sobre pesquisa de desenvolvimento em 2003, no periódico *Educational Researcher*, já sugeria o destaque dado ao tema na investigação educacional, durante a última década.

De maneira geral, podemos dizer que uma pesquisa de desenvolvimento refere-se àquelas investigações que envolvem delineamento, desenvolvimento e avaliação de artefatos para serem utilizados na abordagem de um determinado problema, à medida que se busca compreender/explicar suas características, usos e/ou repercussões (Barbosa; Oliveira, 2015, p. 527).

Ainda segundo as autoras, este tipo de investigação, como qualquer outra, demanda a formulação de questões pertinentes, uma base teórica sólida, a aplicação de métodos e procedimentos rigorosos para a coleta ou produção de dados, além da construção de uma narrativa coesa e detalhada. Essa abordagem possibilita a crítica construtiva dos pares acadêmicos e contribui para a relevância dos resultados obtidos.

Nesse contexto, a pesquisa se revela como um conjunto de atividades complexas, capaz de aprofundar nosso entendimento sobre questões educacionais específicas, como a formação de professores para lidar com crianças que enfrentam condições de saúde como a epilepsia.

A DBR se propõe a superar a dicotomia e mesmo a discussão sobre pesquisa qualitativa ou quantitativa, desenvolvendo investigações com foco no desenvolvimento de aplicações e na busca de soluções práticas e inovadoras para os graves problemas da educação, podendo para isso usar tanto procedimentos quantitativos quanto os qualitativos e, de fato, não encontrando mais sentido em separar estas duas formas e nem em investir em demasia nesta diferença, senão em aplicar na medida do necessário, na direção do foco da pesquisa (Matta *et al.*, 2015, p. 3).

A pesquisa de desenvolvimento se destaca como uma abordagem metodológica que identifica lacunas nas pesquisas educacionais, mas também propõe soluções inovadoras para aprimorar o processo educacional de forma abrangente.

3.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Inicialmente foi solicitado ao setor de protocolo da prefeitura do município da região metropolitana de São Paulo a autorização para a realização da pesquisa, essa foi encaminhada à Secretaria de Educação. O local da pesquisa foi uma Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Em 14 de julho de 2023, Secretaria Municipal de Educação autorizou a realização da pesquisa em uma de suas unidades escolares, sob o protocolo nº 12921/23, fls. 37.

Em seguida, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo aprovado em 04 de agosto de 2023, sob o número 6.220.675. Após esta etapa, o projeto de pesquisa foi apresentado aos profissionais da escola, como será descrito na seção Procedimentos de Coleta de Dados. E para garantir a confidencialidade e anonimato dos participantes, não foram coletadas informações pessoais dos participantes como nome, endereço de *e-mail* e telefone, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709 (Brasil, 2018).

Após a conclusão da pesquisa será realizado um encontro presencial previamente agendado para divulgar os resultados, promovendo assim um momento de apresentação do conhecimento científico produzido e discussão.

3.3 SELEÇÃO DE PARTICIPANTES/AMOSTRA

Considerando que um dos requisitos para o ingresso no PROFEI da UEPG é ser professoras efetiva da educação básica em rede pública em sala de aula comum ou no atendimento educacional especializado (UEPG, 2022), a escolha desta escola

ocorreu em função da familiaridade da pesquisadora com a unidade escolar, devido à experiência de 9 anos de trabalho no local, e à disponibilidade da diretora em contribuir com a pesquisa. Sendo assim, a amostra é por conveniência

A seleção dos participantes é fundamentada no critério de serem professores da Educação Infantil. Essa escolha se justifica pela compreensão de que é na primeira infância que se inicia a educação escolar.

O critério de inclusão das participantes foi a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A). Os critérios de exclusão abrangeram a recusa em assinar o TCLE e a desistência em preencher o questionário.

3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário estruturado. Gil (2008) e Fachin (2005) conceituam questionário como uma técnica ou instrumento de coleta de dados muito utilizada em pesquisa científica de cunho teórico-empírico. Os autores acrescentam que o questionário oportuniza o levantamento de percepções, opiniões, crenças, sentimentos, interesses e demais terminologias congêneres, acerca de um determinado fenômeno, fato, acontecimento, ocorrência, objeto ou empreendimento.

Para atender aos objetivos da pesquisa, utilizou-se integralmente o questionário elaborado por Fonseca (2009). Este consiste em perguntas fechadas, que englobam diferentes formatos, incluindo perguntas de múltipla escolha, perguntas dicotômicas (que possuem apenas duas opções de resposta) e, em alguns casos, disponibiliza um espaço para escrita. Essa última permitiu às participantes incluírem respostas adicionais caso considerassem necessário, além das opções já previamente fornecidas no questionário.

O questionário conta inicialmente com caracterização das participantes e duas perguntas introdutórias sobre a vivência com pessoas com epilepsia, seja em ambiente escolar e/ou na vida pessoal. O questionário divide-se em duas partes: primeira parte contempla 10 perguntas sobre aspectos conceituais e atitudinais na identificação de mitos e crenças relativos à epilepsia, além de informações sobre sentimentos e comportamentos; na segunda parte, há seis perguntas sobre aspectos escolares referentes à aprendizagem e ao rendimento escolar dos educandos com epilepsia.

Algumas palavras e/ou conceitos foram atualizadas devido a mudança do contexto histórico e social. Assim, foram substituídos: "o aluno" por "a/o estudante"; "aluno epilético" por "estudante com epilepsia"; "não epilético" por "sem epilepsia"; "pais" por "pais, mães ou responsáveis"; "médico" por "profissionais da saúde"; "professor" por "professor/a".

Outra modificação feita foi o uso do questionário *online*, escolhido pela facilidade de acesso e com a opção de representação das respostas em gráficos.

Para garantir a adequação do instrumento, foi realizado pré-teste com quatro professoras, sendo duas mestrandas do PROFEI e duas professoras da atual escola onde trabalho. Para Gil (2008, p. 134),

A finalidade desta prova [...], é evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, tais como: complexidade das questões, imprecisão na redação, desnecessidade das questões, constrangimentos ao informante, exaustão etc.

Após o pré-teste foi realizada reunião individual via *Google meet*, com as mestrandas, e presencial com as professoras. Somente uma delas apontou na pergunta dicotômica "Você acha que o estudante com epilepsia apresenta dificuldades de aprendizagem?", a possibilidade de uma terceira opção, pois a pergunta poderia levar em consideração outros fatores relevantes à aprendizagem da criança com epilepsia nos diversos contextos, caberia uma alternativa que contemplasse essa condição. Assim, a pergunta, antes "sim" e "não", ganhou uma opção "depende".

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O questionário *online* foi escolhido pela facilidade de acesso e com a opção de representação das respostas em gráficos.

Com a autorização da Secretaria Municipal e a aprovação do Comitê de Ética da UEPG, a pesquisadora entrou em contato com a diretora da unidade escolhida. Juntas, acordaram o melhor dia e horário para a apresentação do projeto, escolhendo uma data após a organização e realização da festa da Primavera na escola, evento do calendário escolar, prevista para as semanas seguintes. A apresentação oficial ocorreu numa reunião presencial na escola, em 05 de outubro de 2023, bem como a

assinatura do TCLE e o preenchimento de uma folha com endereço de *e-mail* e contato via *WhatsApp* a todas 16 docentes da unidade escolar.

Durante a exposição do projeto, uma professora manifestou sua decisão de não participar, alegando falta de familiaridade com os detalhes da pesquisa. Mesmo após-apresentação, sua escolha foi respeitada

Posteriormente, retornei à escola com o objetivo de realizar contato com duas professoras ausentes na reunião, em período de trabalho em outra escola. Após a apresentação, 15 professoras, todas do mulheres, manifestaram interesse em participar da pesquisa. O *link* do questionário em formato de *Google Forms* foi enviado do *e-mail* institucional da pesquisadora para os *e-mails* das participantes em 20 de outubro de 2023.

Entretanto, alguns contratempos surgiram; após o envio das mensagens, quatro delas foram devolvidas pelo servidor do *e-mail*. Além disso, cinco professoras deixaram de responder ao questionário mesmo após o recebimento do *e-mail*. Diante disso, foi necessário recorrer a trocas de mensagens via *WhatsApp* para entrar em contato com essas nove professoras, assegurando a participação de todas as 15 participantes, que previamente haviam assinado o TCLE.

Mesmo assim, uma participante, após uma tentativa por *e-mail* e outra pelo *WhatsApp*, não respondeu ao questionário. Outra participante encontrou dificuldades para acessar o questionário em seu celular, porém, se disponibilizou a respondê-lo. Assim, foi combinado um dia e horário para que utilizasse o aparelho celular da pesquisadora para responder o questionário. Ao final do processo, obteve-se 14 questionários respondidos. Destaca-se a disponibilidade das participantes em todas as etapas da pesquisa. Sabe-se da dinâmica das escolas, em particular no último bimestre do ano, e mesmo neste cenário, as demandas da pesquisa foram atendidas.

3.6 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

As respostas foram coletadas à medida que as participantes preenchiam o formulário e o enviavam. Essas respostas foram automaticamente registradas em uma planilha associada ao formulário no *Google Sheets*. O *Google Sheets* é um aplicativo de planilha. O *Google Sheets* permite que os usuários criem, editem e armazenem planilhas de maneira colaborativa na nuvem. Cada nova resposta se tornava uma nova linha na planilha, com cada coluna representando uma pergunta do formulário.

Para acompanhar as respostas de cada participante, uma coluna adicional com identificadores únicos – endereços de *e-mail*, foi incluída. Isso facilitou a vinculação das respostas a cada participante para organização dos dados, mas mantendo suas identidades preservadas.

O *Google Sheets* ofereceu ferramentas para ordenar e filtrar os dados, o que permitiu a organização das respostas de acordo com variáveis específicas e a criação de subconjuntos de dados para análise. Além disso, o *Google Sheets* possibilitou a criação de gráficos e visualizações a partir dos dados, tornando mais acessível a identificação de tendências e padrões.

Para garantir a segurança dos dados, cópias de segurança foram mantidas na conta institucional da pesquisadora do *Google Drive*.

Essas etapas de coleta e organização de respostas foram fundamentais para estabelecer as bases para análises posteriores com a literatura da área a partir dos dados coletados na pesquisa.

3.7 VALIDAÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Para garantir a aplicabilidade e adequação às necessidades das participantes, foi realizada a validação do recurso educacional aberto

Responder a um questionário sobre um recurso educacional aberto oferece benefícios e riscos. Entre os benefícios, destaca-se a oportunidade de contribuir para a melhoria do recurso. O *feedback* das participantes fornece informações que podem ser usadas para ajustar ao recurso educacional aberto. Além disso, permitiu entender a utilização do recurso, orientando futuras atualizações e melhorias. A participação no questionário também pode engajar as participantes, aumentando sua sensação de pertencimento e influência sobre o desenvolvimento do recurso. Outro benefício importante é a possibilidade de avaliar o impacto real do recurso educacional aberto na prática escolar.

Por outro lado, responder ao questionário também envolve alguns riscos. Um risco significativo é a obtenção de dados insuficientes ou tendenciosos, especialmente se a amostra de participantes for pequena ou não representativa, o que pode levar a conclusões imprecisas. Além disso, há preocupações com a confidencialidade dos dados fornecidos, principalmente se as respostas contiverem informações sensíveis ou identificáveis. Outro desafio é a sobrecarga de *feedback*, que pode dificultar o

processamento e a implementação de mudanças, especialmente se as sugestões forem conflitantes. Por fim, existe o risco de criar expectativas irrealistas entre as participantes, que podem se sentir insatisfeitas se as mudanças propostas não forem viáveis ou não atenderem às suas expectativas.

Esse processo envolveu a avaliação de aspectos como acessibilidade e aplicabilidade prática do material. Um questionário foi desenvolvido para avaliar os aspectos do recurso educacional baseando-se nas práticas sistematizadas de acessibilidade descritas por Garcia e Araújo (2020) e nos critérios de estética, organização e criticidade propostos por Rosa e Souza (2023).

Avaliações são necessárias para responder às dúvidas que surgem durante o processo de *design* e desenvolvimento de um produto. Desse modo, a avaliação direciona e se mescla ao design, auxiliando na criação de um produto útil e usável (Baranauskas; Mantoan, 2001, p. 16).

O questionário consiste em 11 perguntas objetivas (com opções de "sim" ou "não") e 3 perguntas abertas. Contemplou a qualidade do conteúdo, a organização e estrutura, o design e a formatação, a satisfação geral e comentários adicionais das participantes, a saber, os seguintes aspectos:

1. Qualidade do Conteúdo: Perguntas sobre a relevância, clareza e atualização das informações apresentadas no *ebook*.
2. Organização e Estrutura: Questões que avaliam a lógica e a coerência na disposição dos capítulos e seções.
3. *Design* e Formatação: Itens que verificam a qualidade visual do *ebook*, incluindo formatação do texto, uso de imagens e gráficos, e a atratividade geral do design.
4. Satisfação Geral: Questões que medem o nível de satisfação das participantes com o *ebook* e a probabilidade de recomendação a outros.

Além disso, o questionário inclui 3 perguntas abertas para receber *feedback* adicional:

5. Comentários Adicionais: Espaço para as participantes expressarem o que mais gostaram no *ebook* e sugerirem melhorias.

Por fim, também buscou verificar a disposição das participantes em recomendar o *ebook* a outras pessoas, proporcionando um espaço para sugestões e comentários adicionais que possam contribuir para futuras melhorias.

Não foram incluídas perguntas referentes à acessibilidade do recurso educacional no questionário de validação, uma vez que, por questões técnicas, após a finalização do material, não seria possível realizar alterações significativas com base nas respostas das participantes e pela avaliação da banca examinadora na qualificação. Por essa razão, a acessibilidade será avaliada em um segundo momento por uma pedagoga com deficiência visual, a fim de garantir que o material atenda adequadamente aos critérios de acessibilidade.

O pré-teste do questionário foi realizado com o mesmo grupo de professoras que participaram do pré-teste do questionário sobre o perfil das participantes da pesquisa. A única alteração apontada foi modificar a pergunta 6.1 com opção de "sim" ou "não" para aberta.

Após as alterações no questionário de acordo com pré-teste e os ajustes indicados pela banca do exame de qualificação realizada em 26/03/2024, o *ebook* em formato PDF e o *link* de acesso ao questionário em formato *Google Forms* foram enviados no dia 12/08/2024 via *e-mail* institucional da pesquisadora para as participantes da pesquisa, para avaliação com orientações desta etapa e destaque sobre sua relevância. Solicitou-se que as respostas fossem enviadas até o dia 14/08/2024. Apenas duas participantes responderam no prazo.

No dia 15/08/2024, foi enviada uma mensagem pelo *WhatsApp* às participantes que ainda não haviam respondido, reforçando a importância de sua participação. Como resultado, três participantes enviaram suas respostas.

Considerando o tempo dispensado para essa atividade durante a semana, foi solicitado às demais participantes o envio até 19/08/2024, resultando na obtenção de mais três respostas, totalizando 8 respostas ao final do prazo.

Os resultados obtidos por meio do questionário fechado demonstram uma avaliação positiva do *ebook* em diversos aspectos. A seguir, detalham-se os principais pontos avaliados, com base nas respostas coletadas.

QUADRO 1 – Resultados do questionário fechado de validação do recurso educacional aberto.

Perguntas	Respostas
1.1 O conteúdo apresentado é relevante e atualizado?	Todas as participantes responderam Sim
1.2 O <i>ebook</i> aborda os principais tópicos necessários para o entendimento do tema?	Todas as participantes responderam Sim
1.3 Existem referências adequadas e confiáveis no <i>ebook</i> ?	Todas as participantes responderam Sim
2.1 A estrutura do <i>ebook</i> é lógica e facilita a leitura?	Todas as participantes responderam Sim
2.2 Os capítulos e seções estão bem distribuídos e organizados?	Todas as participantes responderam Sim
2.3 O índice é claro e permite fácil navegação pelo conteúdo?	Todas as participantes responderam Sim
3.1 A formatação do texto é adequada e agradável à leitura?	Todas as participantes responderam Sim
3.2 As imagens são claras e contribuem para a compreensão do conteúdo?	Todas as participantes responderam Sim
3.3 O design do <i>ebook</i> é atrativo e profissional?	Todas as participantes responderam Sim
4.1 O <i>ebook</i> atendeu às suas expectativas?	Todas as participantes responderam Sim
4.2 Você recomendaria este <i>ebook</i> a outras pessoas?	Todas as participantes responderam Sim

Fonte: A autora.

A tabela possui duas colunas. O cabeçalho, que contém os títulos "Perguntas" e "Respostas", apresenta um fundo em azul escuro, enquanto as demais linhas alternam entre tons de azul claro e branco.

Os resultados do questionário aberto também reforçaram a percepção positiva em relação ao *ebook*. A seguir, detalham-se os principais pontos avaliados, com base nas respostas coletadas.

QUADRO 2 – Resultados do questionário aberto de validação do recurso educacional aberto.

Perguntas	Respostas
5.1 O que mais você gostou no <i>ebook</i> ?	- Abordagem do tema da epilepsia com empatia e clareza. - Elogios à clareza e objetividade das informações. - Sugestões de literatura infantil foram valorizadas. - 5 participantes destacaram a clareza, relevância e facilidade de leitura. - Uma participante mencionou que gostou de "tudo" no <i>ebook</i>.
5.2 O que você acha que poderia ser melhorado no <i>ebook</i> ?	- Três participantes considerou o <i>ebook</i> "excelente" ou "ótimo" como está. - Uma sugestão: manter o <i>ebook</i> acessível e ampliar o assunto, sem especificações.
5.3 Tem alguma sugestão ou comentário adicional?	- Não houve comentários adicionais relevantes além da satisfação geral com o material.

Fonte: A autora.

A tabela possui duas colunas: "Perguntas" e "Respostas". O cabeçalho, contendo os títulos dessas colunas, está com um fundo em azul escuro. As demais linhas seguem uma alternância de cores entre azul claro e branco, o que facilita a distinção entre as informações apresentadas.

Com base nos resultados do questionário, reconheceu-se a importância do *feedback* das participantes. As considerações e elogios recebidos durante a avaliação foram imprescindíveis para confirmar que o *ebook* atendia de forma satisfatória às expectativas.

Quanto à sugestão de ampliação do assunto apontado por uma participante, não poderá ser contemplada no momento, considerando os objetivos da pesquisa e o tempo disponível para sua finalização. Mas a proposta poderá ser considerada em estudos futuros, a partir do levantamento dos aspectos a serem aprofundados.

No próximo capítulo, serão apresentados os resultados oriundos da análise dos questionários aplicados sobre o perfil das participantes, os aspectos conceituais e atitudinais, bem como os aspectos escolares.

CAPÍTULO 4

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão analisados os resultados provenientes dos questionários com articulação de autores e autoras da área. De acordo com a explanação no Capítulo 2, Silva. (2020) e Lima (2019) tratam da inclusão de crianças com epilepsia, destacando a necessidade de adequações para garantir sua plena participação nas atividades escolares. Alves (2019), Lopes (2015) e Knights e Richards (2003) abordam a importância da formação contínua dos professores para promover a educação inclusiva, especialmente em momentos de crise. Pereira *et al.* (2022) e Sacaloski (2024) discutem o estigma associado à epilepsia nas escolas e como a conscientização pode ajudar a reduzi-lo. Lima (2020) foca na relação entre participação ativa nas aulas e o bom desempenho escolar, enquanto Carvalho *et al.* (2024) investigam os efeitos da epilepsia no aprendizado. Zanni *et al.* (2010) analisam como fatores como sobrevivência e baixa autoestima impactam o desempenho acadêmico de estudantes com epilepsia, e Felicetti e Batista (2020) exploram o papel do apoio familiar e do relacionamento professor-aluno para o bom desempenho escolar.

4.1 PERFIL DAS PARTICIPANTES

Considerando os resultados obtidos com um total de 14 participantes, todas mulheres, podemos observar algumas características relevantes. A diversidade etária entre 26 e 60 anos permite inferir que as participantes trazem uma vasta gama de experiências pessoais e profissionais. Estudos sobre diversidade etária como o de Wendt e Scholl (2011), sugerem que diferentes faixas etárias podem influenciar significativamente as percepções e abordagens em temas de pesquisa. A representação exclusivamente feminina pode refletir uma tendência observada em certas áreas de estudo ou profissões, conforme discutido por Fortunato e Porto (2022) sobre a participação feminina em contextos educacionais e profissionais.

A predominância de participantes que se autodeclararam como pardas (8 participantes), seguidas por pretas (3 participantes) e brancas (3 participantes), indica uma diversidade étnico-racial significativa. A literatura sobre diversidade étnico-racial no Brasil, como o estudo de Pereira *et al.* (2022), destaca a importância de considerar

este aspecto para entender melhor as dinâmicas sociais e culturais. A ausência de participantes amarelas pode refletir contextos regionais específicos ou barreiras de acesso e participação em certos estudos (Alves, 2019).

Há predominância de especializações (9 participantes) e a ausência de doutorados. A formação acadêmica pode influenciar a forma como os participantes interpretam e respondem às questões da pesquisa, sugerindo a necessidade de considerar esses fatores ao analisar os resultados, como discutido por Silva *et al.* (2020).

A presença de participantes com cargas horárias de 30 horas semanais (8 participantes), 40 horas (3 participantes), 55 horas (1 participante) e 60 horas (2 participantes) por semana destaca a variedade de perfis profissionais na amostra. Essa variação na carga horária revelam as condições de trabalhos e suas implicações ao se propor a elaboração de recurso educacional que contribua para formação docente.

A maioria das participantes (treze participantes) não sendo professoras de estudantes com epilepsia, mas uma parte significativa (9 participantes) tendo convivência com alguém com epilepsia, sugere um contato indireto que pode influenciar suas atitudes e conhecimentos sobre a condição. Estudos como o de Silva *et al.* (2021) discutem como a vivência pessoal com doenças crônicas pode influenciar as percepções e atitudes dos indivíduos, destacando a importância dessas experiências na formação de opiniões e conhecimentos.

Após a apresentação do perfil das participantes, as respostas ao questionário serão analisadas de acordo como os aspectos conceituais, atitudinais e escolares sobre epilepsia, respaldadas na literatura da área.

4.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E ATITUDINAIS

No contexto da epilepsia, é preciso abordar os aspectos conceituais, que dizem respeito ao conhecimento teórico sobre a condição, mas também os aspectos atitudinais, que se referem às atitudes e crenças das participantes em relação aos alunos com epilepsia. Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos sobre a compreensão conceitual das participantes sobre a epilepsia, bem como suas atitudes em relação às crianças que enfrentam essa condição.

Os aspectos conceituais revelam o nível de conhecimento que das participantes possuem sobre a epilepsia, abrangendo causas, sintomas e tratamentos, mas também destacam lacunas na formação que podem impactar diretamente a qualidade do suporte oferecido aos estudantes. Já os aspectos atitudinais compreendem as percepções e crenças dos professores em relação à epilepsia, incluindo possíveis estigmas e preconceitos que possam influenciar a promoção de uma educação inclusiva.

A maioria, doze participantes, responderam corretamente que, durante uma crise epilética, a criança não pode engolir a língua, enquanto apenas dois participantes responderam "Sim", indicando um pequeno grau de desinformação. A crença de que uma pessoa em crise epilética pode engolir a língua é um mito comum, mas infundado. Como mencionado anteriormente no Capítulo 1, a correta orientação sobre primeiros socorros é essencial para evitar intervenções inadequadas (Silva *et al.*, 2021).

A maioria, 8 participantes, relataram terem tido informações sobre epilepsia, enquanto 6 participantes indicaram não ter tido acesso a essas informações. Essa distribuição sugere que uma parcela significativa do grupo está familiarizada ou informada sobre a epilepsia, mas ainda há uma proporção considerável que pode não ter tido exposição a informações detalhadas sobre essa condição.

As 8 professoras que afirmaram ter acesso a informações sobre epilepsia, puderam assinalar mais de uma opção para indicar onde obtiveram essas informações. A predominância da *Internet* (5 participantes) como fonte de informação destaca o crescente uso da tecnologia como meio de acesso ao conhecimento. A presença de parentes (3 participantes) e amigas (2 participantes) como fontes de informação, ressaltando a importância das relações pessoais que envolvem a troca de informações por meio de interações sociais. A presença significativa de profissionais de saúde (3 participantes) indica que as participantes reconhecem a importância de buscar informações de fontes confiáveis e especializadas. A televisão (2 participantes) e as revistas (3 participantes) ainda desempenham um papel na disseminação de informações. A ausência de resposta para a opção "Escola" pode indicar uma oportunidade de considerar informações sobre a epilepsia e assim orientar professoras a lidar com situações específicas na escola.

Conforme Lopes (2015), a falta de conhecimento preciso sobre a epilepsia pode levar a práticas inadequadas durante crises, o que reforça a necessidade de formação continuada para educadores.

Como abordado no Capítulo 2, diversas questões relacionadas às percepções e à atitude dos professores sobre a epilepsia foram discutidas. A seguir, são apresentadas algumas análises adicionais que retomam pontos já mencionados anteriormente, com base nas respostas das participantes da pesquisa.

Além disso, Martins-Berggren e Sacaloski (2024) destacam que a disseminação de informações corretas sobre a epilepsia é imprescindível para desmistificar a condição e reduzir o estigma associado.

Doze participantes não se sentem bem-informadas sobre como lidar com convulsões em sala de aula, sugerindo a necessidade de mais formação e informação. A formação contínua dos professores é imprescindível para garantir que eles se sintam preparados para lidar com emergências, como crises epiléticas, no ambiente escolar (Knights; Richards, 2003).

Lopes (2015) observa que muitos professores ainda carregam preconceitos em relação a condições como a epilepsia, o que pode afetar negativamente a escolarização dos estudantes que apresentam essa condição.

A maioria, treze participantes, sentem preocupação ao presenciar uma pessoa tendo uma crise epilética, enquanto apenas um sente medo e um sente vontade de ajudar. Nenhuma participante indicou rejeição ou pena, sugerindo uma abordagem mais solidária. É positivo que a maioria (13 participantes) demonstra uma atitude de preocupação e disposição para ajudar, o que é imprescindível para promover a inclusão (Alves, 2019).

Das quatorze participantes, duas admitiram não saber nada sobre o tratamento da epilepsia, enquanto (8 participantes) reconheceram a necessidade de medicação, (2 participantes) de cirurgia, (11 participantes) de acompanhamento médico”, (2 participantes) de psicológico e (1 participante) de psiquiátrico. O conhecimento adequado sobre tratamentos médicos e a importância do acompanhamento regular são fundamentais para o controle eficaz da epilepsia (Pereira *et al.*, 2022).

A maioria, treze participantes, concordam que crianças com epilepsia devem frequentar escolas comuns, e quatro participantes indicaram que essas crianças podem participar de atividades físicas com restrições, conforme orientação médica. O

acesso de crianças com epilepsia em escolas comuns e atividades físicas, com as devidas orientações médicas, é imprescindível para a promoção da igualdade e do bem-estar (Silva *et al.*, 2020). Segundo Lima (2019), a participação de alunos com epilepsia em atividades físicas é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e para a promoção da inclusão.

A maioria (onze participantes) reconheceu fatores genéticos como influentes na epilepsia. Houve uma ausência de atribuição da condição a fatores supersticiosos ou divinos. A compreensão correta das causas da epilepsia, particularmente a influência genética, ajuda a dissipar mitos e preconceitos (Silva *et al.*, 2021). Lima (2019) destaca que a atribuição correta das causas da epilepsia a fatores genéticos é um passo importante para desmistificar a condição e combater o estigma. A informação baseada em evidências científicas é imprescindível para a educação e conscientização de professores e alunos.

Os dados analisados indicam uma necessidade de melhorar a formação dos professores sobre a epilepsia, tanto em termos conceituais quanto atitudinais. A literatura acadêmica destaca a importância de abordagens informativas e inclusivas para garantir que os professores estejam bem-preparados para lidar com alunos com epilepsia. A seguir, serão abordados os aspectos escolares contemplados nas respostas das participantes.

4.3 ASPECTOS ESCOLARES

Em relação aos aspectos escolares das crianças com epilepsia, apenas uma participante identifica como bom estudante aquele que realiza as atividades da escola. Por outro lado, treze participantes destacam aquele que participa ativamente das aulas como um indicador de um bom estudante. Nenhuma das participantes associa um bom estudante àquele que não conversa em sala de aula ou a notas acima da média. Uma participante destaca a importância de não se limitar e estar disposta a aprender com as características de um bom estudante. A participação ativa em sala de aula é frequentemente vista como um indicador de um bom estudante, pois sugere engajamento e interesse no aprendizado (Lima, 2020).

Nenhuma das quatorze participantes associa o fracasso escolar à falta de realização das atividades escolares. No entanto, a maioria (dez participantes) destaca a falta de participação nas aulas como um elemento para o fracasso escolar. Onze

participantes relacionam o fracasso escolar à frequência irregular às aulas. A falta de motivação do estudante é vista como um fator importante para o fracasso escolar por dez participantes. Algumas (três participantes) apontam a qualidade do ensino como um fator contribuinte para o fracasso escolar. A maioria (nove participantes) destaca o relacionamento entre professor e estudante como um fator que influencia o bom desempenho escolar, enquanto quatro participantes consideram a falta de apoio dos pais nas tarefas escolares como um possível fator de fracasso. A falta de interesse dos responsáveis pelos estudos do filho é apontada por dez participantes como um elemento significativo para o fracasso escolar.

Três participantes acreditam que estudantes com epilepsia enfrentam dificuldades de aprendizagem, enquanto cinco acreditam que estudantes com epilepsia não necessariamente apresentam dificuldades de aprendizagem. Seis participantes indicaram que a relação entre epilepsia e dificuldades de aprendizagem pode depender de vários fatores. Estudos mostram que a epilepsia pode afetar a aprendizagem de diferentes maneiras, dependendo da gravidade da condição e da eficácia do tratamento (Carvalho *et al.*, 2024), mas não pode ser considerado determinante.

Nenhuma participante indicou que “o estudante com epilepsia não estuda muito”, “que deixa para estudar na última hora” ou “que decora tudo e na hora da prova dá branco”. Entretanto, duas participantes acreditam que a epilepsia pode dificultar ou impedir o aprendizado; quatro reconhecem que estudantes com epilepsia podem ter dificuldades de memória; oito indicaram que estudantes com epilepsia podem sentir muito sono; seis acreditam que estudantes com epilepsia podem ter baixa autoestima e duas indicaram a percepção de que estudantes com epilepsia podem tomar muitos medicamentos. Nenhuma participante acredita que estudantes com epilepsia têm dificuldades de relacionamento com professores e colegas, enquanto duas participantes destacam que a frequência das crises pode impactar na presença e na capacidade de foco do estudante. A baixa autoestima e a sonolência são fatores frequentemente relatados por estudantes com epilepsia, impactando negativamente seu desempenho acadêmico (Zanni *et al.*, 2010).

Os resultados revelam uma diversidade de opiniões sobre o comportamento de crianças com epilepsia em comparação com aquelas sem a condição. Para a pergunta “Conversa muito”, a maioria, doze participantes, responderam “Não” e duas participantes responderam “Sim”. Em relação à afirmação “Lenta no raciocínio”, quatro

participantes concordaram, enquanto a maioria, dez participantes, discordaram. Quanto à afirmativa "Esquece tudo", duas participantes concordaram, enquanto a maioria, doze participantes, discordaram. A declaração "Perde material escolar com facilidade" recebeu concordância de duas participantes e discordância de doze participantes. Para a afirmação "É mais lenta nas atividades físicas", três participantes concordaram, enquanto a maioria, onze participantes, discordaram. Finalmente, em relação à afirmação "É mais tímida e retraída", seis participantes concordaram e oito participantes discordaram. A percepção de que crianças com epilepsia são mais tímidas e retraídas pode estar associada aos estigmas sociais e ao medo de enfrentar crises em público (Martins-Berggren; Sacaloski, 2024).

Somente uma participante reconhece a importância do esforço e dedicação nos estudos como contribuintes para um rendimento escolar satisfatório. A maioria (dez participantes) destacam a relevância de ter um professor que saiba ensinar conteúdos escolares. Da mesma forma, dez participantes enfatizam a importância da atenção durante as aulas como determinante para o bom desempenho escolar. A grande maioria (onze participantes) destacam a relevância de um relacionamento positivo entre professor e estudante, três participantes reconhecem a importância de realizar todas as atividades propostas como elemento para um bom rendimento escolar, e oito participantes consideram importante contar com a ajuda do professor para obter um rendimento escolar satisfatório. Além disso, a maioria (dez participantes) enfatizam a relevância do apoio dos pais, mães e/ou responsáveis no processo educacional. O apoio dos pais, mães e/ou responsáveis e a qualidade do relacionamento entre professor e aluno são aspectos a serem considerados para o bom desempenho acadêmico, especialmente para alunos com condições crônicas como a epilepsia (Felicetti; Batista, 2020).

Em síntese, a análise das respostas do questionário revela um conhecimento significativo e adequado em relação às medidas de segurança durante convulsões. Entre as respostas, todas as participantes mencionaram "proteger a cabeça para não machucar", nove indicaram "permanecer junto à criança", uma destacou "mantê-la de lado para evitar risco de engasgo em caso de vômito" e uma destacou a importância de chamar atendimento médico se a crise demorar a passar. A compreensão de que a criança não pode engolir a língua durante uma crise destaca a superação de mitos e estigmas comuns associados à epilepsia.

As visões das participantes em relação às causas da epilepsia, observamos que nenhuma considera perspectivas culturais ou supersticiosas, tais como a crença em "mau olhado" ou castigo divino. Em vez disso, eles demonstram uma inclinação para uma compreensão científica da epilepsia.

A epilepsia, com sua mistura de sintomas físicos e psíquicos, durante muito tempo, manteve uma posição significativa na luta entre ciência e magia. Por séculos, prevaleceu a crença de que a epilepsia era uma manifestação de posse do demônio, que afligia as pessoas que haviam pecado contra uma ou outra divindade. Cientistas lutaram contra essa onda de superstição, buscando explicações mais concretas para a epilepsia. Em 175 d.C., Galeno não somente reconheceu que se tratava de uma doença do cérebro, mas conseguiu inclusive separar as epilepsias em dois tipos: as de causas desconhecidas e as que eram resultado de outras doenças (Dreifuss, 1996, p. 21).

Essa visão sugere que os participantes reconhecem a epilepsia como uma condição neurológica com fundamentos científicos, distanciando-se de interpretações baseadas em crenças culturais ou mitos.

A associação de traumas ou agentes físicos com a epilepsia, conforme identificado nas percepções, reflete uma compreensão alinhada com a visão médica de que traumas cerebrais podem contribuir para o desenvolvimento da condição.

Há muitas razões para a ocorrência de convulsões. Uma delas é uma instabilidade nas células do cérebro causada por trauma, cicatrizes, causas químicas, inflamação, tumor, intoxicação ou malformações. Outra razão é um desequilíbrio entre os neurotransmissores. A epilepsia em si geralmente não é uma doença e sim um sintoma que pode se manifestar como resultado de diferentes causas, assim como uma dor de cabeça pode ser um sintoma de condições diversas (Dreifuss, 1996, p. 22).

Essa compreensão demonstra uma busca por conhecimento sobre as possíveis origens da epilepsia, destacando a disposição dos participantes em considerar fatores médicos e neurológicos na formação de suas concepções. A prontidão em adotar medidas como proteger a cabeça da criança e permanecer ao seu lado durante a crise reflete um entendimento apropriado das ações necessárias para garantir a segurança do indivíduo. A decisão unânime de proteger a cabeça destaca a conscientização sobre o risco de lesões associadas a convulsões e a importância de minimizar esses riscos. A preocupação relatada por treze participantes diante de uma crise epilética, destaca a necessidade de desmistificar os mitos associados à epilepsia. Essa preocupação pode surgir devido a mal-entendidos sobre

a condição e à falta de familiaridade com práticas corretas de primeiros socorros durante uma crise epiléptica.

Reisner e Henry (1996) faz um breve resumo sobre o que fazer diante de uma convulsão:

Coloque a criança no chão e torne o ambiente seguro.
 Deite a criança de lado para evitar que ela engasgue.
 Não force objetos duros entre seus dentes.
 Solte roupas apertadas.
 Fique com a criança até o fim da convulsão.
 Faça com que a criança fique confortável depois da convulsão.
 Chame o pronto-socorro se os movimentos bruscos durarem mais de cinco minutos ou se as convulsões se sucederem em sequência num período de dez minutos.
 Ligue para os pais (p. 108).

Os autores ainda pontuam que:

- Sempre fique com a criança até a convulsão terminar e observe como ela afeta as partes do corpo.
- Se possível, olhe num relógio para ter uma ideia do tempo que a convulsão durou.
- Se a criança ficar com o olhar parado, converse com ela e faça perguntas para verificar quando a consciência retorna.
- Assim que a convulsão terminar, ligue para os pais da criança para lhes informar da convulsão (p. 107-108).

Também se destaca a prevalência do acesso à informação através da *internet* como uma principal fonte de conhecimento. Isso pode indicar que os participantes estão em busca de informações, evidenciando uma inclinação para a digitalização na busca por conhecimento. Podemos caracterizar este fenômeno, conforme Kensky (2018, p. 1), como a emergência da Cultura Digital.

A expressão integra perspectivas diversas vinculadas à incorporação, inovações e avanços nos conhecimentos proporcionados pelo uso das tecnologias digitais e as conexões em rede para a realização de novos tipos de interação, comunicação, compartilhamento e ação na sociedade.

Entretanto, não há como avaliar seus conteúdos, pois não o questionário não solicitou a especificação das fontes utilizadas. Partindo desse contexto, é fundamental reconhecer que esses elementos devem estar presentes em qualquer ação

educadora, independente da sua formalidade, que busque promover a participação ampla dos sujeitos na cultura, a qual é também digital.

E com a constatação de que doze participantes não se sentem bem-informada sobre a epilepsia e convulsões em sala de aula, ressalta a importância de investir em programas de educação continuada para os professores.

Estes programas se fazem necessários uma vez que os professores são considerados modelos para as crianças, sendo importantes no desenvolvimento de idéias e de consciência crítica para seus alunos, exercendo uma importante influência sobre os mesmos (Fernandes; Li, 2006, p. 216).

A conscientização sobre a epilepsia, aliada a uma formação continuada, pode preencher as lacunas de conhecimento e promover uma mudança positiva na atitude em relação à condição. Essa abordagem integral pode contribuir para reduzir o estigma associado à epilepsia e garantir o bem-estar e segurança de todos os estudantes, independentemente de suas condições.

A presença de três respostas direcionadas a profissionais de saúde como fonte de informação reflete o reconhecimento, por parte das participantes, da relevância de buscar dados em fontes confiáveis e especializadas. Assim com as participantes, os pacientes acreditam que os profissionais da saúde são as pessoas mais competentes para fornecer informação sobre qualquer condição clínica. (Fernandes; Li, 2006, p. 216)

Esse dado revela a necessidade de colaboração entre educadores e profissionais de saúde na disseminação de conhecimento sobre epilepsia. Assim, torna-se

[...] fundamental haver uma política de saúde e educação que envolva capacitação, reciclagem e cursos de educação continuada. Se conseguirmos que estes profissionais, da área de saúde e educação, tenham maior informação sobre epilepsia, teremos melhor qualidade de vida para as pessoas com epilepsia (Fernandes; Li, 2006, p. 216).

A análise revelou que oito participantes destacaram a relevância da medicação, enquanto onze enfatizaram a importância do acompanhamento médico. Além disso, é notável que algumas participantes foram além, enfatizando a importância do acompanhamento psicológico e psiquiátrico no tratamento da epilepsia.

Na área da saúde, especialmente da epilepsia, a qualidade de vida refere-se à percepção individual do bem-estar físico, psicológico e social do indivíduo. É um conceito composto de três dimensões: física, mental e social. A dimensão física diz respeito ao estado de saúde geral, considerando a frequência e intensidade das crises, os efeitos colaterais dos medicamentos e as tarefas de vida diária. A dimensão referente aos aspectos mentais é caracterizada pela percepção do estigma e do preconceito, condição emocional, auto-estima, transtornos associados (depressão, ansiedade) e cognição. Os aspectos sociais da qualidade de vida referem-se às atividades sociais no âmbito da família, do trabalho e dos amigos (Fernandes; Li; 2006, p. 212).

Essa percepção reflete a consciência da complexidade da epilepsia como uma condição multifacetada, e destaca a importância de uma abordagem integrada para garantir um tratamento abrangente.

Cada pessoa pode apresentar uma combinação única de fatores predisponentes, desencadeantes e contribuintes, exigindo uma análise dos profissionais de saúde especializados. Essa percepção destaca a complexidade clínica da epilepsia, mas também sugere uma postura adequada por parte dos participantes em relação às pessoas que vivem com essa condição.

Fernandes e Li (2006) destacam que o trabalho bio-psicossocial com pessoas com epilepsia e suas famílias visa proporcionar uma integração adequada na sociedade, combatendo o estigma associado à condição. Este esforço envolve três principais componentes: atendimento médico, psicoterapia e grupos de apoio ou grupos educativos. O atendimento médico adequado tem como objetivo controlar as crises epileptiformes, melhorando a qualidade de vida. A psicoterapia foca na ampliação da autoconsciência, aprendizado com sintomas e desenvolvimento pessoal. E os grupos de apoio ou grupos educativos promovem a inserção social das pessoas com epilepsia.

A seguir será apresentado o processo de elaboração do recurso educacional aberto.

CAPÍTULO 5

RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Neste capítulo será apresentado o processo de elaboração do recurso educacional aberto, desenvolvido como resposta às necessidades identificadas nos questionários respondidos pelas participantes da pesquisa. Também serão apresentados sua estrutura, conteúdo e objetivos.

O objetivo deste *ebook* é informar os professores e fornecer ferramentas para lidar com a epilepsia em crianças no contexto escolar. Visa disseminar informações sobre a condição, explicando a epilepsia e desmistificando conceitos errôneos. Além disso, sugere procedimentos em situações emergências, oferecendo orientações práticas sobre primeiros socorros durante crises epiléticas, respaldados nas produções acadêmicas.

Outro foco do *ebook* é oferecer estratégias de ensino, apoiar o desempenho escolar por meio de sugestões e estratégias de aprendizado. Por fim, busca propor maneiras de conscientizar e combater estigmas, propondo atividades educativas que aumentem a compreensão e aceitação da epilepsia.

No cenário educacional contemporâneo, impulsionado por transformações tecnológicas e pelos desafios do processo ensino-aprendizagem, o *ebook* "Desmistificando a Epilepsia no Contexto Escolar" em formato PDF (*Portable Document Format*).

Conforme apontam Vieira e Dian (2023, p. 123) afirmam que "em razão da última pandemia mundial causada pelo COVID-19, houve a necessidade do isolamento social e a população passou a ter a *internet* como meio de socialização e conexão entre entes queridos". Como consequência, houve um aumento expressivo no número de acessos à *internet*, indicando que, embora esse crescimento fosse esperado ao longo do tempo, a pandemia acelerou significativamente esses acessos devido à busca por alternativas para convivência social, lazer, oportunidades de empregos e estudos de forma remota.

A tecnologia além de ser uma ferramenta conveniente, transformou-se em uma necessidade essencial que impulsiona a reconfiguração do ambiente educacional para atender às demandas e oportunidades emergentes na era digital. Em meio a

esse contexto, a escolha de elaborar um *ebook* como ferramenta educacional se justifica e está em consonância com o crescente uso das tecnologias pós-pandemia.

Segundo Mittermayer (2018, p. 65), o termo *ebook* significa “livro eletrônico”; a forma mais utilizada em português é “livro digital”. A natureza versátil e acessível dos *ebooks* se adapta às demandas de um ambiente educacional em constante mudança, ressoando com a crescente necessidade de acessibilidade e mobilidade. A transição para o formato digital atende às exigências contemporâneas, no entanto, é importante reconhecer que nem todos têm acesso à *internet*, à conexão de qualidade ou a equipamentos adequados para a utilização desses recursos, o que pode limitar a universalidade e a equidade do acesso aos materiais digitais.

Miranda e Sousa (2013) salientam a relação entre o desenvolvimento social, econômico e cultural com o conhecimento, destacando a importância da mídia, da escrita e dos suportes digitais, bem como a influência da *internet* na forma como as pessoas acessam e compartilham informações. A interconexão entre a mídia, o formato de escrita e o impacto da *internet* contribuem para a transformação contínua do acesso ao conhecimento.

Mello Junior (2006) enfatiza que o *ebook* não é simplesmente uma versão eletrônica de um livro impresso. Ele ressalta que, para que o *ebook* seja compreendido, deve-se considerar sua interface, que vai além do conteúdo textual. Essa interface é formada pela combinação de *hardware* (dispositivo usado para ler o *ebook*), *software* (aplicativo ou programa que permite a leitura) e o conteúdo propriamente dito.

Ainda conforme o autor, o *hardware* envolve mecanismos que permitem a visualização e manipulação de conteúdos eletrônicos, enquanto o *software* inclui os formatos de marcação e *layout*, que influenciam a organização e a apresentação do conteúdo. Além disso, o autor destaca a mudança não apenas no suporte, mas também nos formatos, pois, em vez de ser apresentado em páginas de papel, o conteúdo do *ebook* é exibido em telas eletrônicas. Isso demonstra como o *ebook* representa uma mudança no formato, mas também na maneira como os leitores interagem com o conteúdo.

A evolução tecnológica, como a popularização dos e-readers e a própria *internet*, ajudou na popularização dessas publicações digitais. Apesar da variedade de formatos disponíveis em repositórios digitais e em livrarias online, três formatos de e-books sobressaíram: HTML, PDF e Electronic Publication (Garcia; Araújo, 2020, p. 5).

Um *ebook* em formato PDF é um documento eletrônico projetado para preservar a formatação original de diversos tipos de conteúdo textual, como livros, relatórios e manuais. O PDF é amplamente adotado nas publicações digitais devido a suas características distintas que o diferenciam de outros formatos:

A principal característica deste formato é a apresentação fidedigna do documento, independente do suporte digital utilizado, ou seja, o arquivo é visualizado sem que ocorram distorções ou alterações de seu *layout* em qualquer sistema computacional, aparelho ou sistema de impressão. Por esse motivo o PDF é muito utilizado como arquivo final de envio para impressão (Sehn, 2014, p. 166).

Uma das características relevantes de um *ebook* em PDF é a sua capacidade de preservar a formatação original do documento. Isso significa que fontes, tamanhos de texto, estilos, imagens, gráficos e o *layout* da página são reproduzidos com precisão. Os leitores têm a oportunidade de visualizar o conteúdo exatamente como o autor o concebeu, o que é particularmente essencial para obras que dependem de uma formatação específica, como manuais técnicos e documentos técnicos.

Mesmo mantendo a integridade visual do arquivo, muitos *softwares* utilizados para ler o PDF permitem anotações, comentários e marcações. Um importante recurso do meio digital incorporado a este tipo de arquivo é a ferramenta de busca de palavras ou expressões exatas contidas no texto (Sehn, 2014, p. 166).

Outra vantagem é a ampla compatibilidade dos arquivos PDF. Eles podem ser abertos em uma variedade de dispositivos e sistemas operacionais, incluindo computadores com *Windows*, *macOS* e *Linux*, bem como *smartphones*, *tablets* e leitores de *ebooks*. Além disso, há leitores de PDF gratuitos disponíveis para *download*, simplificando o acesso aos *ebooks* em PDF.

Existem muitos conteúdos que são projetados para serem divulgados em PDF justamente por promover o aproveitamento integral de suas características, bem como pela busca da já referida compatibilidade com diversos sistemas e garantia da fidedignidade do documento (Sehn, 2014, p. 167).

Garcia e Araújo (2020) descrevem um conjunto de práticas sistematizadas de acessibilidade na produção de *ebooks* acessíveis, com foco em pessoas com

deficiência visual. O objetivo é garantir que esses materiais sejam utilizáveis por leitores de tela e outros recursos de tecnologia assistiva. Segundo os autores, as práticas estão organizadas em três categorias: Estrutura, Desenho e Mídias, que são desenvolvidas a seguir.

De acordo com os autores, em relação à estrutura, espera-se:

- Suporte a Idiomas: Os *ebooks* acessíveis devem oferecer suporte a vários idiomas, permitindo que leitores de tela decifrem o conteúdo em diferentes línguas;
- Disposição de Elementos: É essencial que a estrutura do *ebook* seja lógica e consistente, com elementos textuais e não textuais organizados de maneira coesa. Isso facilita a leitura por leitores de tela e teclado;
- Atalhos: Os *ebooks* devem incluir atalhos de navegação (*hiperlinks*) que vinculem diferentes partes do conteúdo, e esses atalhos devem ser identificados de forma objetiva e sucinta;
- Sumário: Deve haver um sumário disponível em todas as páginas, com atalhos para capítulos e subcapítulos, para facilitar a navegação e consulta;
- Localização: Os *ebooks* devem fornecer recursos de paginação e/ou progresso de navegação, permitindo que o usuário saiba onde está dentro do conteúdo;
- Busca: É recomendável oferecer uma ferramenta de busca textual para ajudar os usuários a localizarem informações específicas;
- Atividades de Aprendizagem: Se o *ebook* incluir atividades, como questões e exercícios, as instruções e os elementos interativos devem ser acessíveis e identificados de forma objetiva.

Quanto ao desenho, propõem-se:

- Tipografia: O texto deve ser formatado para melhorar a legibilidade, incluindo tamanho de fonte, espaçamento e alinhamento adequados;
- Cores: As cores devem ser usadas para enriquecer o conteúdo, mas não como o único meio de transmitir informações. Deve haver combinação de cores com outros elementos visuais e textuais;
- Contraste: O contraste entre texto e plano de fundo deve favorecer a legibilidade, e esquemas de cores alternativos devem ser fornecidos para usuários com diferentes necessidades visuais;

- Listas e Citações: Elementos como listas e citações devem ser identificados em código ou rotulados textualmente para serem interpretáveis por leitores de tela;
- Quadros e Tabelas: Quadros e tabelas devem ser construídas com poucas linhas e colunas, com descrições adequadas;
- Notas: Elementos como notas de rodapé devem ser posicionados de forma que não atrapalhem a compreensão do conteúdo principal.

Já as mídias, consiste em:

- Imagens: Imagens devem incluir texto alternativo para que leitores de tela possam "ler" o conteúdo das imagens;
- Fórmulas Matemáticas: Para fórmulas matemáticas, pode-se usar a linguagem MathML, mas, se não for suportada, é recomendável incluir uma imagem da equação com uma descrição textual;
- Áudio: Elementos de áudio, como entrevistas, devem ter alternativas em texto para consulta;
- Vídeo: Elementos de vídeo devem incluir audiodescrição e transcrições para acessibilidade;
- Suporte à Impressão: Os *ebooks* devem oferecer suporte à impressão, incluindo uma versão em texto sem formatação para impressão em braille ou versões em PDF com fontes ampliadas.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) (2020) destaca que a escolha das fontes em conteúdo digital é imprescindível para a acessibilidade. Fontes sem serifa, como Arial e Verdana, são recomendadas, pois são mais limpas e facilitam a leitura. Além disso, é importante garantir que caracteres ambíguos, como "l" (i maiúsculo) e "I" (consoante "l") ou "O" (O maiúsculo) e "0" (número zero), sejam facilmente distinguíveis.

O IFRS (2020) também recomenda manter um padrão de fontes e evitar práticas como uso excessivo de letras maiúsculas, itálico ou negrito. Outro ponto é garantir um bom contraste entre o texto e o fundo, o que melhora a legibilidade. Fontes como o *OpenDyslexic*, projetadas especificamente para pessoas com dislexia, também podem ser uma boa opção. O uso adequado de fontes, portanto, torna o conteúdo mais acessível e agradável para todos os usuários.

Baranauskas e Mantoan (2001) argumentam que as diretrizes de *design* para acessibilidade não são suficientes e que o *Design Participativo* (DP) desempenha um papel imprescindível na promoção do acesso ao conhecimento.

o *Design Participativo* (DP) caracteriza-se pela participação ativa dos usuários finais do *software* ao longo de todo o seu ciclo de *design* e desenvolvimento. Mais do que serem usados como fontes de informação ou serem observados em sua rotina de trabalho, ou no uso do produto, os usuários finais trazem contribuições efetivas em todas as fases do ciclo de *design* e desenvolvimento, que refletem suas perspectivas e necessidades. A participação do usuário não é restrita aos estágios de testes de protótipos ou avaliação, como ocorre nas metodologias tradicionais da Engenharia de *Software*, mas acontece ao longo de todo o processo de *design* e desenvolvimento (Baranauskas; Mantoan, 2001, p. 16).

Dessa forma, o *ebook* "Desmistificando a Epilepsia no Contexto Escolar" foi desenvolvido com base nas respostas das participantes. A pesquisa revelou que muitas educadoras possuem um conhecimento básico sobre a condição e enfrentam dificuldades ao lidar com crises epiléticas. Embora reconheçam a importância do acompanhamento médico e da escolarização de crianças com epilepsia em escolas regulares, há lacunas significativas na preparação para agir durante as crises.

A pesquisa apontou que doze das participantes sabem que uma criança não pode engolir a língua durante uma crise, mas poucos se sentem bem-informados sobre como lidar com convulsões. Por esse motivo, o *ebook* apresenta definição da epilepsia, detalhando os diferentes tipos de crises epiléticas e suas características, ajudando a melhorar o entendimento geral dos educadores.

As orientações práticas sobre como lidar com crises de maneira segura, destacando a importância de manter a calma, proteger a criança de lesões e posicioná-la durante uma crise. A pesquisa também revelou que a internet e os profissionais de saúde foram as principais fontes de informação sobre a epilepsia para os educadores, e, por isso, o *ebook* oferece orientações práticas sobre como considerar e responder especificamente a crises epiléticas, considerando a diversidade de informações disponíveis na internet.

Em relação aos aspectos educacionais, o *ebook* aborda as questões referentes à importância da participação nas aulas para o bom desempenho escolar, enquanto a ausência nas aulas e a falta de motivação são vistas como principais causas de fracasso escolar. O material inclui sugestões práticas para apoiar o aprendizado de crianças com epilepsia. Por fim, o *ebook* dedica atenção especial à

conscientização sobre a epilepsia, destacando a necessidade de combater estigmas e equívocos relacionados à condição, especialmente no ambiente escolar.

O *ebook* foi desenvolvido utilizando o *Microsoft Word* e o *Adobe Photoshop* (entre outros que irei acrescentar conforme for usado). O *Word* permitiu criar a estrutura textual do *ebook*, aproveitando as ferramentas de formatação e edição de texto. Isso garantiu que o conteúdo fosse bem organizado e visualmente coerente.

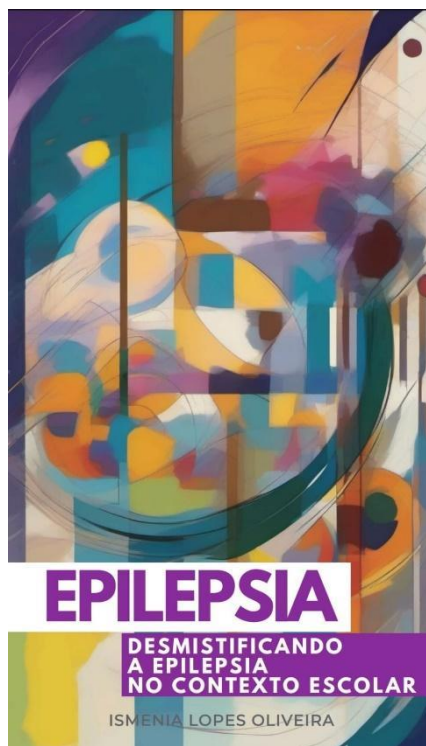
Complementando o trabalho realizado no *Word*, o *Adobe Photoshop* foi utilizado para criar elementos visuais mais elaborados, como capas, gráficos e ilustrações. O *Photoshop* possibilitou um nível de personalização e detalhe gráfico que enriqueceu a apresentação visual do *ebook*.

A cor utilizada em parte do *layout* do recurso educacional foi escolhida de maneira criteriosa. Assim como o Transtorno do Espectro Autista tem a cor azul como símbolo e o mês de abril foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como forma de conscientizar as pessoas sobre o autismo e dar visibilidade ao TEA (Brasil, 2011), a epilepsia é associada à cor roxa. Assim, a escolha do roxo em algumas partes do *ebook* é uma homenagem significativa a essa condição.

Purple Day (Dia Roxo) que foi criado em 2.008, por Cassidy Megan, uma criança canadense com nove anos de idade na época. Com a ajuda da Associação de Epilepsia da Nova Escócia (EANS), Cassidy escolheu a cor roxa para representar a epilepsia, por achar que a flor de lavanda, frequentemente associada com a solidão, representava os sentimentos de isolamento que muitas pessoas com epilepsia sentem (Brasil, 1998).

O *ebook* apresenta uma experiência de navegação fácil e intuitiva, enriquecida com uma variedade de opções de conteúdo interativo: *links* de textos e vídeos no *YouTube*; PDFs; imagens com audiodescrição; sugestões de leitura.

O *ebook* está organizado da seguinte forma: no capítulo 1 será abordada a definição de epilepsia, no capítulo 2 serão apresentadas estratégias de ensino-aprendizagem, no capítulo 3 serão discutidos os mitos e as formas de conscientização; Sugestões de Filmes; Sugestões de Literatura Infantil; *Sites* de Organizações e Considerações Finais.

FIGURA 1: Capa do *ebook*

A imagem da capa do *ebook* apresenta um *design* abstrato e colorido. O fundo é composto por formas geométricas em tons de azul, amarelo, laranja e roxo, que se sobrepõem de maneira harmoniosa. O título: Na parte inferior, em uma faixa horizontal branca, está o título "EPILEPSIA" em letras grandes e roxas, seguido pela descrição "DESMISTIFICANDO A EPILEPSIA NO CONTEXTO ESCOLAR" em letras menores e brancas num fundo roxo.

Na “Apresentação” do *ebook*, justifica-se a utilização da cor roxa, que representa a epilepsia, segundo a Associação de Epilepsia da Nova Escócia (EANS), liderada por Cassydi.

No Capítulo 1: O que é Epilepsia, serão abordados os seguintes aspectos, foram apresentadas:

- Definição e explicação da epilepsia: Aborda a epilepsia em termos acessíveis para pais e educadores;
- Atividade elétrica anormal no cérebro e suas causas potenciais: Explica a atividade elétrica anormal no cérebro e suas possíveis causas;
- Tipos de crises epiléticas em crianças e seus sintomas: Detalha os diferentes tipos de crises epiléticas em crianças e seus sintomas característicos.

No Capítulo 2: Epilepsia na Educação Infantil, serão abordados os seguintes aspectos, constam:

- Importância de criar um ambiente inclusivo: Destaca a importância de um ambiente inclusivo para crianças com epilepsia;

- Reconhecimento e resposta a crises epilépticas: Orienta sobre como reconhecer e responder adequadamente a crises epilépticas em crianças;
- Lidar com necessidades individuais na sala de aula: Oferece orientações sobre como lidar com as necessidades individuais das crianças com epilepsia na sala de aula.

No Capítulo 3: Conscientização e Mitos, serão abordados os seguintes aspectos, foram abordados os temas:

- Desmistificação de mitos comuns: Desmistifica mitos relacionados à epilepsia na Educação Infantil;
- Promoção da conscientização: Destaca a importância de promover a conscientização entre colegas, pais e comunidade escolar;
- Atividades educativas e recursos para conscientização: Sugere atividades educativas e recursos para promover a conscientização sobre epilepsia.

Em "Sugestões de Literatura Infantil" foram pesquisados e selecionados com o objetivo de oferecer recursos que tratam da epilepsia de maneira apropriada para crianças. A pesquisa foi realizada com pesquisa no site *Google* de obras infantis que abordassem a condição de forma educativa. Estes livros podem ajudar as crianças a entenderem a condição, reduzir o estigma e promover a inclusão escolar.

Na seção "*Sites de Organizações*", os *links* conhecidos anteriormente pela pesquisadora para consultas sobre a epilepsia, foram selecionados com base na relevância e confiabilidade das organizações especializadas em epilepsia. Ao longo da pesquisa, esses *sites* foram utilizados como fontes de informações e recursos importantes.

Por fim, nas "*Considerações Finais*" são abordados os seguintes aspectos:

- Agradecimentos e incentivo para compartilhar: Agradece aos leitores e os incentiva a compartilhar o *ebook* com outros responsáveis e educadores;
- Palavras finais de apoio: Oferece últimas palavras de apoio e incentivo para responsáveis e professores que apoiam crianças com epilepsia;
- Informações de contato do autor: Fornecem informações de contato da autora para *feedback* ou consultas adicionais.

Com a apresentação do processo de elaboração do *ebook*, encaminha-se para as Considerações Finais da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar as percepções, atitudes e conhecimentos dos professores sobre a epilepsia, identificando aspectos relevantes para a elaboração de um recurso educacional sobre o tema.

Ao final da pesquisa, foi possível responder ao problema de pesquisa sobre qual o conhecimento que das professoras da Educação Infantil tem das crianças com epilepsia em contexto escolar? Primeiramente, a análise das dimensões conceituais e atitudinais revela a necessidade de ampliar a formação docente em relação à epilepsia. A identificação da *internet* como a principal fonte de informação sugere que estratégias de formação que devem explorar as plataformas digitais. O número de participantes que não se consideram bem informadas e que não evidencia a necessidade de iniciativas educativas que ofereçam conhecimentos sobre a epilepsia.

Além disso, as atitudes empáticas observadas durante as crises e as ações sugeridas para auxiliar uma criança nesse contexto destacam a importância de abordagens práticas que promovam a segurança e a inclusão escolar.

O perfil diversificado das participantes, com diferentes faixas etárias e carga horária de trabalho, evidencia a complexidade do contexto escolar. A quantidade de participantes que não se sentem bem-informados ressalta a necessidade de iniciativas educativas que disponibilizam conhecimentos sobre epilepsia, visto que essas informações não foram obtidas no ambiente escolar, evidenciando uma lacuna na formação continuada oferecida nas instituições de ensino acerca do tema epilepsia.

A predominância de professoras que não tiveram ou não têm estudantes com epilepsia ressalta a importância de preparar todos os professores para lidar com essas situações específicas. E a ausência de informações acerca da epilepsia evidencia a necessidade de formação dentro da escola.

No âmbito da escolarização, a ampla concordância sobre a frequência de crianças com epilepsia em salas regulares ressalta a visão positiva da inclusão, enquanto a ênfase na participação em atividades físicas com orientação médica destaca a necessidade de adaptações individuais.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações como o tamanho pequeno da amostra e por conveniência, consistindo em professoras de uma escola onde a pesquisadora trabalhou anteriormente. Outra limitação a ser considerada é o contexto específico em que a pesquisa foi realizada, que pode não refletir a diversidade das

instituições escolares. Ressalta-se também que a adaptação do questionário de Fonseca (2009) atende aos objetivos da pesquisa.

Para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra e diversificar os contextos escolares, incluindo instituições urbanas, rurais, públicas e privadas, a fim de reunir uma variedade de percepções e conhecimentos sobre epilepsia. A adoção de métodos qualitativos, como entrevistas semiestruturadas ou grupos focais, também pode enriquecer a coleta de dados, proporcionando uma visão mais aprofundada das atitudes e práticas dos professores frente à epilepsia, além de explorar dimensões que o uso exclusivo de questionários pode não evidenciar.

Este estudo contribui ao destacar a importância da formação das professoras quanto a epilepsia em contexto educacional, revelando lacunas na formação inicial e continuada. As implicações desta pesquisa podem fomentar o desenvolvimento de recursos educacionais direcionados à formação docente, promovendo práticas pedagógicas inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, Ieda. **John Dewey nos debates sobre a educação infantil** (Estados Unidos, dos anos noventa do século XIX aos anos dez do século XX). 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/10578>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- ALENCAR, Helerira Fonseca; BARBOSA, H. F.; GOMES, R. V. B. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2021. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82221>. Acesso em: 03 out. 2023.
- ALMEIDA, Renato Barros de. **Concepções de Infância e Criança em Goiânia sob o olhar da Assistência Social**. 2010. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/08a99358-b020-42bf-95f5-3c3d0895364f>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- ALVES, Isabella Nara Costa. A maior incidência masculina nas dificuldades e transtornos de aprendizagem: interseções entre gênero e raça. **Anais IV DESFAZENDO GÊNERO, Campina Grande**, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64012>. Acesso em: 26 mai de 2024.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/Sobre_crocodilos_e_avestruzes__Ligia_Amaral_1_.pdf?1473202737. Acesso em: 10 fev. 2024.
- AMBIENTE BRASIL. **Governo institui cordão de girassol como símbolo de deficiências ocultas**. Ambiente Brasil, 2025. Disponível em: <https://amb.org.br/brasil-urgente/governo-institui-cordao-de-girassol-como-simbolo-de-deficiencias-ocultas/>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8124546/mod_resource/content/2/Manual_Diagn%C3%B3stico_e_Estat%C3%ADstico_de_Transtornos_Mentais_DSM_5_TR.pdf. Acesso em: 26 mai. 2024.
- ARCE, Alessandra. Modelos curriculares para a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 09, p. 99-101, 1998. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781998000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2024.
- BARANAUSKAS, Maria Cecília C.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Acessibilidade em ambientes educacionais: para além das guidelines. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 2, n. 2, p. 13-23, 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/79220>. Acesso em: 29 out. 2023.

BARBOSA, Jonei Cerqueira; OLIVEIRA, Andreia Maria Pereira. Por que a pesquisa de desenvolvimento na Educação Matemática?. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 8, n. 18, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/1462/969>. Acesso em: 09 fev. 2024.

BARROCO, S. M. S.; TULESKI, S. C. Vigotski: o homem cultural e seus processos criativos. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 24, 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752007000100003&script=sci_abstract. Acesso em 16 fev. 2024.

BETTING, L. E.; GUERREIRO, C. A. M. Tratamento das Epilepsias Parciais. **Jornal de Epilepsia e Neurofisiologia Clínica**, Campinas, v. 14, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jecn/a/z9PFXRVj7xFVvXm7LnhVfzB/?format=pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRANCO, Rebeca. **Estudante consegue na Justiça o direito de plantar maconha com fins medicinais: qualidade de vida**. EPTV2 e G1 São Carlos e Araraquara, 10 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2024/05/10/estudante-consegue-na-justica-o-direito-de-plantar-maconha-com-fins-medicinais-qualidade-de-vida.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde. **Epilepsia sem preconceito: Dia Mundial de Conscientização Sobre a Epilepsia**. Ementa: Campanha de conscientização sobre a epilepsia. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/epilepsia-sem-preconceito-dia-mundial-de-conscientizacao-sobre-a-epilepsia/>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **2 de abril: Dia Mundial de Conscientização do Autismo**. Ementa: Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.722, de 04 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da União, 05 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm acesso em 28 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicação: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Anvisa aprova novo produto de Cannabis a ser fabricado no Brasil**. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/anvisa-aprova-novo-produto-de-cannabis-a-ser-fabricado-no-brasil#:~:text=em%20territ%C3%B3rio%20nacional%2C%20sob%20a,B%20\(de%20cor%20azul\)](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/anvisa-aprova-novo-produto-de-cannabis-a-ser-fabricado-no-brasil#:~:text=em%20territ%C3%B3rio%20nacional%2C%20sob%20a,B%20(de%20cor%20azul)). Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Epilepsia: conheça a doença e os tratamentos disponíveis no SUS**. Ementa: Informações sobre epilepsia e tratamentos oferecidos pelo SUS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/epilepsia-conheca-a-doenca-e-os-tratamentos-disponiveis-no-sus>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicação: Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2040**. Semana Nacional de Conscientização da Epilepsia. Ementa: Institui a Semana Nacional de Conscientização da Epilepsia. Publicação: Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2332606>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5538**. Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ementa: Criação de um programa nacional de assistência integral às pessoas com epilepsia. Publicação: Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2225432>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CALLAI, J. S.; MARTINS, D. M. Reflexões acerca do trabalho docente como um trabalho interativo a partir da perspectiva histórico-cultural. **Salão do Conhecimento**, [S. l.], v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/18553>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/573454-SAIBA-MAIS-SOBRE-A-TRAMITACAO-DE-PROJETOS-DE-LEI>. Acesso em: 15 out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Termo:** Projeto de Lei (PL). Disponível em: <https://www.cong.perna.br/legislacao/-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/projeto_de_lei_pl>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CAMPOS, Micheli Carvalho. **Educação e promoção em saúde: um estudo de caso sobre a aprendizagem de crianças com epilepsia no lobo temporal e frontal em idade escolar.** 2015. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/848?locale=en>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CARVALHO, M. E. F. *et. al.* Epilepsia Infantil: principais impactos no ambiente Escolar. **Revista Foco**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4542>. Acesso em: 07 set. 2024.

CARVALHO, V. M.; BRITO, M. S. de; GANDRA, M. Mães pela cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasmas. **Forum Sociológico**, n. 30, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/1747>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CEARÁ. **Projeto de Lei nº 212.** Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado do Ceará. Ceará, 2022. Disponível em: <https://bancodeleis.unale.org.br/Arquivo/Documents/PLO/PLO2122022.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CEDIVIDA. **Cordão de Girassol para Deficiências Ocultas.** CediVida, 2024. Disponível em: <https://cedivida.org.br/legislacao/cordao-de-girassol-para-deficiencias-ocultas/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

COMUNICAÇÃO CFF. **Medicamentos à base de cannabis estarão disponíveis para pacientes do SUS no estado de São Paulo: farmacêutica avalia como a evolução das pesquisas pode ajudar no tratamento de Dravet, Lennox-Gastaut e Esclerose Tuberosa.** Comunicação CFF, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/08/01/2024/medicamentos-a-base-de-cannabis-estarao-disponiveis-para-pacientes-do-sus-no-estado-de-sao-paulo#:~:text=Medicamentos%20%C3%A0%20base%20de%20cannabis,no%20estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>. Aceso em: 24 abr. 2024.

CORDÃO DE GIRASSOL: **Uso começou no Reino Unido e cresce no Brasil.** Disponível em: <<https://hdsunflower.com/br/insights/post/epilepsy>>. Aceso em: 27 abr. 2024.

COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**, v. 23, n. 72, p. 232-240, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v23n72/v23n72a07.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, p. 21-32, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>. Acesso em: 14 fev. 2024.

DREIFUSS, F. E. O que é epilepsia. In: REISNER, Helen (Org.). **Crianças com Epilepsia**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 1996.

DUARTE, Newton. A escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural. **Psicologia USP**, v. 7, n. 1-2, p. 17-50, 1996. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771996000100002. Acesso em: 26 ago. 2024.
educacaoinclusiva/edital_processo_seletivo_profei_2022_final.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74302802/FACHIN-Odilia-fundamentos-de-Metodologia.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

FELICETTI, S. A.; BATISTA, I. L. A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 12, n. 24, 2020. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/312>. Acesso em: 26 mai. 2024.

FERNANDES, L. B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v.2, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181/186>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FERNANDES, P. T.; LI, L. M. Percepção de estigma na epilepsia. **Revista de Epilepsia e Neurofisiologia Clínica**, Porto Alegre, v. 12, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-26492006000700005>. Acesso em: 06 mar. 2023.

FERNANDES, P. T.; SOUZA, E. A. P. de. Percepção do estigma da epilepsia em professores do ensino fundamental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294x2004000100020>. acesso em: 06 mar. 2023.

FERRO, T. P. **Atitudes de professores em relação aos alunos com epilepsia, TEA e TDHA: relações entre conhecimento, percepção e saúde mental**. 2019.

Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Ciências Médicas, FERRO, Thaís Pilon. Atitudes de professores em relação aos alunos com epilepsia, TEA e TDAH: relações entre conhecimento, percepção e saúde mental [recurso eletrônico]. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1095088>. Acesso em: 14 mai. 2023.

FONSECA, S. M. P. A. **Concepções de professores do 1º ao 5º ano do ensino público fundamental sobre epilepsia e desempenho escolar de alunos epiléticos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1802>. Acesso em: 05 mar. 2023.

FORTUNATO, I.; PORTO, M. do R. S. **Gênero e formação docente: Uma revisão (as) sistemática da literatura**. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 18, n. 00. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/17486>. Acesso em: 26 maio. 2024.

GARCIA, Rafael Marques; DE ARAÚJO, Célia Maria. PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE NA ELABORAÇÃO DE E-BOOKS ACESSÍVEIS A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL. **Anais CIET: Horizonte**, 2020. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1818>. Acesso em: 29 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2004. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodmaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

GOLFETTO, Vando. **A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM EPILEPSIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. Disponível: <https://www.eumed.net/actas/20/desarrollo-empresarial/19-a-incluso-social-da-pessoa-com-epilepsia.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GOMES, M. M. Fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/14/fatores-que-facilitam-e-dificultam-a-aprendizagem>. Acesso em: 14 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Tipos de fonte e acessibilidade digital**. *Instituto Federal do Rio Grande do Sul*, 2020. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/tipos-de-fonte-e-acessibilidade-digital/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

KENSKI, V. Cultura digital. In: MILL, D. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e Educação a Distância**. São Paulo: Papirus, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/43844286/Verbetes_CULTURA_DIGITAL. Acesso em: 13 fev. 2024.

KNIGHT, P. T.; RICHARDS, M. Empregabilidade e boa aprendizagem no ensino superior. **Teaching in Higher Education**, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1356251032000052294>. Acesso em: 25 jun. 2024.

KREMER, C. A.; SOUZA, S. R. de; OLIVEIRA, A. D. de. "Meu cérebro é morto": relato de experiência sobre um caso de epilepsia. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 9, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2958>. Acesso em: 06 mar. 2023.

LAMAS, Suellen Alice. **"Nada sobre nós, sem nós": o debate sobre acessibilidade no contexto do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis em destinos costeiros**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46670>. Acesso em: 09 fev. 2024.

LAPA, A. B.; LACERDA, A. L.; COELHO, I. C. A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4170>. Acesso em: 13 fev. 2024.

LAPA, Andrea Brandão Lapa; LACERDA, Andreson Lopes; COELHO, Isabel Colucci. **A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos**. *Inclusão Social*, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <https://comunic.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Cultura-digital-como-espaco-de-possibilidade-para-a-formacao-de-sujeitos.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

LEME, M. E. G. As contribuições de Vygotsky no trabalho pedagógico do professor. **Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE**. Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1818-8.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LIMA, A. Cuidar da Epilepsia na Idade Pediátrica em Cabo Verde. **Sinapse**, v. 19, n. 3-4, p. 81-86, jul./dez. 2019. Disponível em: www.sinapse.pt. Acesso em: 16 set. 2024.
LIMA, R. S. A. de. **Representações sociais do estigma e do preconceito na constituição da identidade social dos adolescentes com epilepsia de difícil controle medicamentoso**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/88abb148-0690-4602-915e-3dc84ed398aa>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LOCKE, John. **Alguns pensamentos sobre a educação**. Lisboa: Leya, 2019.

LOPES, K. M. R. Inclusão escolar de alunos com epilepsia: breve revisão da literatura. **Iniciação & Formação Docente**, v. 7, n. 3, 2020. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/view/4986>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MAIOR, Carmen Denize Souto; WANDERLEY, J. **A teoria vygotskyana das funções psíquicas superiores e sua influência no contexto escolar inclusivo.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, II. 2016. Anais II CINTEDI, Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22649>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 49-64, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/10000696/Estrat%C3%A9gias_educacionais_diferenciadas_para_alunos_com_necessidades_especiais. Acesso em 14 fev. 2024.

MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias.** 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ysnm8/pdf/martins-9788579831034.pdf>. Aceso em: 26 ago. 2024.

MARTINS-BERGGREN, H. S.; SACALOSKI, M. **Cartilha sobre estudantes com epilepsia no ensino superior e na Pós-graduação: o que o/a docente precisa saber?** Pró-reitoria de Pós graduação e Pesquisa; Universidade Federal de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11600/71103> Acesso em: 25 mai de 2024.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da; BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. **Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade**, v. 23, n. 42, p. 23-36, 2014. Disponível em: https://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_313.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

MELETTI, S. M. F.; CABRAL, V. N. de. Os Limites Educacionais do Capital. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 46, n. 3, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/121052>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MELLO JUNIOR, José. **Do códex ao e-book: metamorfoses do livro na era da informação.** 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Comunicação)– Programa de Pós deGraduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unip.br/comunicacao-dissertacoes-teses/do-codex-ao-e-book-metamorfoses-do-livro-na-era-da-informacao/#gid=tainacan-item-gallery-block_id-tainacan-item-attachments_id-9326&pid=1. Acesso em: 29 out. 2023.

MIN, L. L.; BOAVENTURA, P. T. F. O mundo de Cris e a epilepsia. *In: Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.* Brasília, 2007, p. 1 - 5. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/23_boaventura.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

MIRANDA, M B. de; SOUSA, R. P. L. de. **O ebook como mídia do conhecimento.** In: VI SEMINÁRIO LEITURA DE IMAGENS PARA A EDUCAÇÃO: MÚLTIPLAS MÍDIAS, 2013, Florianópolis. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5932/Artigo12_15505120525828_5932.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

MITTERMAYER, Thiago. E-books e a mídia do livro. **Teccogs – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 18, 2018. Disponível em: https://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2018/edicao_18/teccogs18_artigo03.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.

MOURA, R. G. F. *et al.* **Prevalência dos fatores intrínsecos e extrínsecos do processo de aprendizagem em crianças com epilepsia.** Revista CEFAC, Campinas, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201416212>. Acesso em: 06 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Epilepsy.** Geneva: WHO, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/epilepsy>. Acesso em: 05 set. 2024.

PASQUALINI, J. C. **Objetivos do ensino na educação infantil à luz da perspectiva histórico-crítica e histórico-cultural.** Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12776>. Acesso em: 26 maio. 2024.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. **Currículo por campos de experiência na educação infantil: ainda é possível preservar o ensino desenvolvnte?** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13312>. Acesso em: 26 mai. 2024.

PASQUALINI, J.; LAZARETTI, L. **Crianças pequenas na escola: contradições e potencialidades.** Revista Polyphonia, Goiânia, v. 32, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/70895>. Acesso em: 26 mai. 2024.

PEREIRA, C. S. *et al.* **Uma revisão acerca da epilepsia: sua epidemiologia no mundo e seu tratamento.** Brazilian Journal of Health Review, v. 5, n. 3, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/49076/pdf/122640>. Acesso em: 25 mai. 2024

PEREIRA, E. C. **Os curumins da terra brasílica: a educação da criança no século XVI e a pedagogia jesuítica.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2430/DissECP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PINHEIRO, M. *et. al.* **Sobre as epilepsias e a aprendizagem do aluno epilético.** Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 24, n. 10, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8317>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PRESTES, Z. R.; TUNES, E. Notas biográficas e bibliográficas sobre L. S. Vigotski. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 9, n. 1, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Notas_biograficas_e_bibliograficas_sobre_LSVigotsk.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

RAMALHO, J.; SILVA, C.; CRUZ, C. Intervenção precoce na epilepsia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382009000300002>. Acesso em: 06 mar. 2023

ROCHA, H.V.; BARANAUSKAS, M.C.C (org.). **Design e avaliação de interfaces humano-computador**. São Paulo: USPIME-Escola de Computação, 2000. Disponível em: <https://www.nied.unicamp.br/biblioteca/design-e-avaliacao-de-interfaces-humano-computador/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ROSA, M. L. R. Obstáculos percebidos por pais e professores no atendimento das necessidades de crianças com epilepsia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], v. 5, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/bSxnWTNgrshdsWsFZcXY85c/#>. Acesso em: 06 mar. 2023.

ROSSETTO, E. A educação especial na perspectiva vigotskiana. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 19, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1513>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jeaques. **Emílio: ou da Educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1995. Disponível em: <https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2011/08/emc3adlio-ou-da-educac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SÃO PAULO. **Lei Estadual nº 564**. Política Pública Estadual de Proteção, Inclusão e Acompanhamento Educacional dos Alunos com Epilepsia na Rede de Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=%271000228627>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei 327**. Cria campanhas informativas sobre a epilepsia para empresas e Poder Público. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/projeto-de-lei-em-tramitacao-cria-campanha-informativa-para-acabar-com-estigma-da-epilepsia-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4969763/mod_resource/content/1/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf. Acesso em: 05 set. 2024.

SCAVONI, M. P. P. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136268/scavoni_mpp_me_mar.pdf?sequence=3. Acesso em: 14 mai. 2023.

SCHLINDWEIN-ZANINI, R; CRUZ, R. M.; ZAVAREZE, T. E. A percepção dos professores de Ensino Fundamental sobre a criança com epilepsia na escola em Santa Catarina. **Revista de Epilepsia e Neurofisiologia Clínica**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jecn/a/7SGZbc6C7MRSFBkzwvy3TqL/?lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SEHN, T. C. M. **As possíveis configurações do livro nos suportes digitais**. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97246/000921116.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SILVA, A. C. A. *et al.* Educação infantil: ambiente alfabetizador. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5377> Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, A. F.; LINO, A. A. Canabidiol e o direito à melhor terapia. **Law and Social Science**, v. 11, n. 2, p. 117-118, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/LSS/article/view/874/874>. Acesso em: 15/10/2024.

SILVA, F. B. da; FERREIRA FILHO, R. C. M. Estigma na epilepsia: aspectos conceituais, históricos e suas implicações na escola. **Revista Thema**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/230>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SILVA, F. B.; FERREIRA FILHO, R. C. M.; PINTO, I. M. Uso do documentário para formação de profissionais da educação no atendimento a alunos com epilepsia. **Revista Thema**, Pelotas, v. 17, n. 3, p. 812–830, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1283>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, J. P. da; CREPALDI, M. A.; BOUSFIELD, A. B. S. Representações sociais e doenças crônicas no contexto familiar: revisão integrativa. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2021000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 mai. 2024.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>. Acesso em: 02 jul. 2023.

TEIXEIRA, S. R. S.; BARCA, A. P. A. O professor na perspectiva de Vigotski: uma concepção para orientar a formação de professores. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 71-84, mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v24i1.4584>. Acesso em: 25 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Edital de abertura de** VALDEZ, D. Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 3, n. 2 [6], 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38701>. Acesso em: 19 jul. 2024.

VALE, H. T. S. do. **Concepções do método Montessori no processo de ensino aprendizagem da Matemática na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade Regional de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020. Disponível em: <http://dspace.unirb.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/170/TCC%20HAINA.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2024.

VERÇOSA, R. C. M. *et al.* Conhecimento dos Professores que Atuam no âmbito Escolar Acerca dos Primeiros Socorros. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S.l.], v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistaensinoeeducacao.pgsskroton.com.br/article/view/8805>. Acesso em: 06 mar. 2023.

VIEIRA, G.; DIAN, M. O. Impacto e Crescimento da Internet nos Últimos Anos. **Revista Interface Tecnológica**, v. 20, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1656/891#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20anos%2C%20a%20Internet,9%20bilh%C3%B5es%20em%202021>. Acesso em: 27 nov. 2023.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cad. Pesqui.** N. 67, 1988. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741988000400001&script=sci_abstract&lng=en. Acesso em: 25 jun. 2024.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5028423/mod_resource/content/1/A%20educacao%20estetica.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11^a ed. São Paulo: Icone, 2010. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

VIGOTSKI, L; S. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2022. Disponível em: https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski_obras_completas.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

WENDT, G. W.; SCHOLL, R. C. Formação de professores para a diversidade: enfrentando o desafio. **Pro-Posições**, v. 22, n. 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300015>. Acesso em: 25 mai de 2024.

ZANNI, K. P.; MAIA FILHO, H. S.; MATSUKURA, T. S. Impacto da epilepsia no processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ZXy5MPkSSCjbH4PnkpSpjQQ/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

Por favor, responda às seguintes perguntas com base em sua experiência e conhecimento. Não há respostas certas ou erradas. Suas respostas serão mantidas em sigilo e usadas apenas para fins de pesquisa.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

Caracterização do participante

2. Local(is) de trabalho: *

Marque todas que se aplicam.

☐ EMEB Adelino Gomes Marques

☐ Outro:

3. Idade: *

4. Identidade de gênero: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outro:

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

5. Como você se autodeclara: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Preto(a)
- ☐ Branco(a)
- ☐ Pardo(a)
- ☐ Amarelo(a)

6. Formação acadêmica: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

7. Carga horária de trabalho: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 30 horas
- ☐ 40 horas
- ☐ 60 horas
- ☐ Outro: _____

8. Você é ou já foi professor(a) de estudante com epilepsia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

9. Você tem ou já teve convivência com algum familiar ou amigo(a) com epilepsia? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

I – Aspectos conceituais e atitudinais:

10. Você acha que a epilepsia é: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Uma desordem neurológica

☐ Uma desordem mental

☐ Uma desordem do desenvolvimento

☐ Outro: _____

11. A epilepsia é uma doença contagiosa? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

12. A criança que possui epilepsia futuramente vai apresentar uma doença mental? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

13. Durante a crise, a criança pode engolir a língua? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. As crianças com epilepsia necessitam de atenção diferenciada na escola? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

15. Você teve acesso a alguma informação sobre epilepsia? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

16. Caso tenha respondido positivamente, marque onde obteve as informações.

Marque todas que se aplicam.

☐ Livros

☐ Revistas

☐ Televisão

☐ Profissionais da saúde

☐ Parentes

☐ Amigos(as)

☐ Professores(as)

☐ Pais, mães e/ou responsáveis

☐ Redes sociais

☐ Internet

☐ Escola

☐ Outro: _____

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

17. Você se sente bem informado sobre a epilepsia e como lidar com convulsões em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

18. O que você sente ao ver uma pessoa tendo uma crise epilética? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Medo

☐ Preocupação

☐ Rejeição

☐ Pena

☐ Outro: _____

19. O que você acha que poderia fazer para ajudar a criança no momento de uma crise epilética? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Nada

☐ Desenrolar a língua

☐ Dar algo para cheirar

☐ Jogar água

☐ Proteger a cabeça para não machucar

☐ Permanecer junto à criança

☐ Colocar algo na boca

☐ Não restringir os movimentos

☐ Outro: _____

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

20. O que você sabe a respeito do tratamento da epilepsia? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Nada
- ☐ Necessita de medicação
- ☐ Necessita de cirurgia
- ☐ Necessita de acompanhamento médico
- ☐ Necessita de acompanhamento psicológico
- ☐ Necessita de acompanhamento psiquiátrico
- ☐ Outro: _____

21. O que você pensa sobre a escolarização de crianças com epilepsia? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Deve frequentar a escola comum
- ☐ Deve estudar em classes especiais
- ☐ Deve participar das atividades físicas e esportivas
- ☐ Não deve participar das atividades físicas e esportivas
- ☐ Deve participar de atividades físicas e esportivas com restrição
- ☐ Não deve estudar
- ☐ Outro: _____

22. Você acredita que a epilepsia seja causada por quais fatores? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Fatores tóxicos
- ☐ Fatores genéticos
- ☐ Mau olhado
- ☐ Castigo de Deus
- ☐ Doenças infecciosas
- ☐ Traumas ou agentes físicos
- ☐ Outro: _____

II – Aspectos escolares

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

23. Como você define um bom estudante? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Aquele que faz as atividades
- ☐ Aquele que participa das aulas
- ☐ Aquele que não conversa em sala de aula
- ☐ Aquele que tira notas acima da média
- ☐ Outro: _____

24. Como você explica o fracasso escolar? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Estudante não realiza as atividades escolares
- ☐ Estudante não participa das aulas
- ☐ Estudante tira notas baixas
- ☐ Estudante falta muito às aulas
- ☐ Estudante não tem motivação para estudar
- ☐ Professor(a) não ensina bem o conteúdo
- ☐ Professor(a) não se relaciona bem com o estudante
- ☐ Os pais, as mães e/ou responsáveis não auxiliam o estudante nas tarefas
- ☐ Os pais, as mães e/ou responsáveis não se interessam pelos estudos do filho
- ☐ Outro: _____

25. Você acha que o estudante com epilepsia apresenta dificuldades de aprendizagem? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Depende

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

26. Caso tenha respondido positivamente, a que você atribui essas dificuldades?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ O estudante não estuda muito
- ☐ O estudante deixa para estudar na última hora
- ☐ O estudante decora tudo e na hora da prova "dá branco"
- ☐ A epilepsia dificulta ou impede o aprendizado
- ☐ O estudante com epilepsia tem dificuldade de memória
- ☐ O estudante com epilepsia sente muito sono
- ☐ O estudante com epilepsia tem baixa auto-estima
- ☐ O estudante com epilepsia toma muito medicamento
- ☐ O estudante com epilepsia tem dificuldades de relacionamento com o(a) professor(a) e colegas
- ☐ Outro: _____

25/02/24, 00:48

Conhecimento e Sensibilização sobre Epilepsia: Questionário para Professores de Educação Infantil

27. **Você acredita que a criança com epilepsia tem comportamento diferente das sem epilepsia?** *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Acredito que...	☐	☐
Conversa muito	☐	☐
Lenta no Raciocínio	☐	☐
Esquece tudo	☐	☐
Perde material escolar com facilidade	☐	☐
É mais lenta nas atividades físicas	☐	☐
É mais tímida e retraída	☐	☐

28. **Para que o estudante tenha rendimento escolar satisfatório é necessário:** *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Estudar muito
- ☐ Ter um(a) professor(a) que saiba transmitir bem o conteúdo
- ☐ Estar atento às aulas
- ☐ Ter um(a) professor(a) que se relacione bem com os alunos
- ☐ Realizar todas as atividades
- ☐ Ter ajuda do(a) professor(a)
- ☐ Ter ajuda dos pais, das mães e/ou dos responsáveis

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

17/08/24, 14:33

Questionário de validação

Questionário de validação

Caro/a Professor/a,

Após a leitura do *ebook* "Desmistificando a Epilepsia na Educação Infantil", faço o convite para responder 11 questões objetivas com alternativas sim ou não e 3 abertas sobre: 1. Qualidade do Conteúdo; 2. Organização e Estrutura; 3. Design e Formatação; 4. Satisfação Geral e 5. Comentários Adicionais.

Além disso, solicito que este *ebook* não seja compartilhado, pois trata-se de uma versão que poderá sofrer alterações após a validação e defesa da dissertação. O *ebook* definitivo será compartilhado posteriormente, após o processo de finalização.

Suas respostas contribuirão para que o recurso educacional cumpra o objetivo, de informar as professoras e os professores, visando criar um ambiente acessível e seguro para crianças com epilepsia.

Agradeço o tempo dedicado à validação do *ebook*.

Cordialmente,

Profa. Ismenia Lopes Oliveira

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

1. Qualidade do Conteúdo

2. 1.1 O conteúdo apresentado é relevante e atualizado? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

17/08/24, 14:33

Questionário de validação

3. 1.2 O *ebook* aborda os principais tópicos necessários para o entendimento do tema? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

4. 1.3 Existem referências adequadas e confiáveis no *ebook*? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

2. Organização e Estrutura

5. 2.1 A estrutura do *ebook* é lógica e facilita a leitura? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

6. 2.2 Os capítulos e seções estão bem distribuídos e organizados? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

17/08/24, 14:33

Questionário de validação

7. 2.3 O índice é claro e permite fácil navegação pelo conteúdo? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

3. Design e Formatação

8. 3.1 A formatação do texto é adequada e agradável à leitura? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

9. 3.2 As imagens são claras e contribuem para a compreensão do conteúdo? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

10. 3.3 O design do *ebook* é atrativo e profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

4. Satisfação Geral

17/08/24, 14:33

Questionário de validação

11. 4.1 O *ebook* atendeu às suas expectativas? **Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não12. 4.2 Você recomendaria este *ebook* a outras pessoas? **Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não

5. Comentários adicionais

13. 5.1 O que mais você gostou no *ebook*? *

14. 5.2 O que você acha que poderia ser melhorado no *ebook*? *

15. 5.3 Tem alguma sugestão ou comentário adicional?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google

 Formulários

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UEPG**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E) PESQUISAS COM SERES HUMANOS

Título do Projeto: DESMISTIFICANDO A EPILEPSIA: A RELEVÂNCIA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pesquisadora Responsável: Ismenia Lopes Oliveira

Local da Pesquisa: O trabalho de campo se dará na (Nome da Escola e Local), que oferta Educação Infantil - Pré I e II, tendo como etapas: 1. apresentação do projeto, esclarecimentos do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e instruções para preenchimento do questionário *online*, pelo *Google Forms*;

2. *feedback* dos resultados da pesquisa e avaliação do produto educacional.

PROPÓSITO DA INFORMAÇÃO AO PARTICIPANTE E DOCUMENTO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa, coordenada por uma professora agora denominada pesquisadora. Para poder participar, é necessário que você leia este documento com atenção. Ele pode conter palavras difíceis por favor, pergunte à pesquisadora que está conversando com você neste momento para explicar qualquer palavra ou procedimento que você não entendeu claramente. SE NÃO ENTENDER PERGUNTE QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS.

O objetivo deste documento é dar a você informações sobre a pesquisa. Se você assinar este documento, dará a sua permissão para participar do estudo. O documento descreve o objetivo, procedimentos, benefícios e eventuais riscos ou desconfortos caso queira participar. Você só deve participar do estudo se você quiser. Você pode se recusar a participar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com epilepsia em sala de aula comum requer que os professores estejam informados sobre a doença e possuam as habilidades necessárias para lidar com suas necessidades específicas. A formação de professores deve contemplar informações sobre a epilepsia, as habilidades práticas para lidar com as crises epiléticas e as estratégias para ajudar a prevenir e lidar com as crises e o processo ensino-aprendizagem. Qual a compreensão que os professores têm das crianças com epilepsia e do processo de ensino-aprendizagem?

Segundo Golfetto (2020), os professores precisam ter conhecimento sobre a epilepsia, suas causas, sintomas, tratamentos e formas de convivência, a fim de evitar discriminações e estigmas em relação aos alunos com epilepsia.

Neste sentido, a pesquisa justifica-se porque não há pesquisas recentes que datem de cinco anos atrás sobre a temática na área da educação, quanto à aprendizagem no contexto escolar. Mesmo quando se amplia este tempo para dez anos, percebe-se pouca produção. A maior parte das pesquisas ocorreram na década de 2000, com maior incidência no ano de 2009. Sendo assim, é relevante realizar estudos na área da educação para contribuir com novos dados, para implementação de políticas públicas que garanta o acesso e a permanência dessa criança com epilepsia com qualidade, ao longo de sua vida.

PROPÓSITO DO ESTUDO O objetivo geral é analisar os conhecimentos dos professores de uma Escola Municipal de Educação Básica de Ferraz de Vasconcelos/SP, sobre epilepsia e suas implicações no processo ensino-aprendizagem dos educandos com epilepsia. Os objetivos específicos são:

- Identificar as relações entre as concepções sobre a epilepsia e as práticas pedagógicas dos professores quanto ao processo de ensino-aprendizagem a crianças com epilepsia;

- Identificar os desafios ao ter um educando com epilepsia em sala de aula;
- Elaborar *ebook* como ferramenta de ampliação do conhecimento prévio dos professores sobre epilepsia e processo ensino-aprendizagem.

SELEÇÃO

O critério de inclusão é: professores que atuam na Educação Infantil - Pré I e II. RISCOS

- Constrangimento ao responder a questões sensíveis;
- Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários.

BENEFÍCIOS

- Conhecimento da realidade local para planejamento de formação docente;
- Ampliação dos conhecimentos sobre epilepsia e processo ensino-aprendizagem.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA:

Sua decisão em participar deste estudo é voluntária. Você pode decidir não participar. Uma vez que você decidiu participar da pesquisa, você pode retirar seu consentimento e participação a qualquer momento. Se você decidir não continuar no estudo e retirar sua participação, você não será punido, nem perderá qualquer benefício ao qual você tem direito. Se houver gastos adicionais estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

PERMISSÃO PARA REVISÃO DE REGISTROS, CONFIDENCIALIDADE E ACESSO AOS REGISTROS:

A pesquisadora Ismenia Lopes Oliveira coletará as informações por meio do questionário *online*, pelo *Google Forms*. Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo e o caráter confidencial das informações, zelando pela privacidade do paciente e garantindo que sua identificação não será exposta nas conclusões ou publicações.

Os dados também podem ser usados em publicações científicas sobre o assunto pesquisado. Porém, sua identidade não será revelada em qualquer circunstância.

Você tem direito de acesso aos seus dados. Com o compromisso de proporcionar informação atualizada, obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade do indivíduo em continuar participando da pesquisa.

Você pode discutir esta questão com a pesquisadora Ismenia Lopes Oliveira em qualquer tempo do estudo nos dias que ela se coloca à disposição para as dúvidas abaixo.

CONTATO PARA PERGUNTAS

Se você tiver alguma dúvida com relação ao estudo, direitos, ou no caso de danos relacionados ao estudo, você deve contatar a pesquisadora Ismenia Lopes Oliveira, de segunda a sexta-feira, no período das 13h00 às 17h00, pelo telefone (XX) XXXXX-XXXX.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (COEP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo telefone: (42)3220-3108. A COEP é de um grupo de pessoas com conhecimento científico e não científico que realizam a revisão ética inicial e contínua do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

Participante

Pesquisadora Ismenia Lopes Oliveira

Av. Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP:
84030-900 – Campus de Uvaranas
Fone: 042 -3220-3282 e-mail:
propespsecretaria@uepg.br Ponta
Grossa – PR